



**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE**

--- Aos oito de junho de dois mil e vinte reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, Deputado Independente, como Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Confiança** – Andreia Drumond Caetano (PS), António José Gouveia Gomes (PS), Duarte Luís F. Caldeira Ferreira (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), João Inácio da Silva Abreu (PS), João de Meneses da Costa (BE), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Rodolfo de Sousa Alves (PDR), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Paulo Bruno R. Nunes Ferreira (PS), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Teresa Alexandra Freitas Ramalho (PS).-----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Carlos André Camacho Alves, Esmeralda João Camacho Gonçalves, Fábio Dinarte Costa Bastos, João Paulo Pereira Marques, José António de Freitas Rodrigues, Luís Miguel Moura de Sousa, Maria Idalina Fernandes Silva, Pedro José Jardim Gomes, Raquel João Martins da Silva, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno

Pimenta Camacho e Isabel Cristina Pereira da Costa Rodrigues.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado.-----

--- **Deputado Municipal Independente** - Orlando Manuel Henriques Fernandes.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, da Senhora Vice-presidente Idalina Perestrelo Luís e das Senhoras Vereadoras Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso e Ana Rita Senusson Valente Machado de Oliveira Gonçalves.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente:-----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:-----

1.1. Rubina Vanessa da Silva Rebelo, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PDR, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves.----

1.2. Sílvia Cristina Sousa Silva, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por João Inácio da Silva Abreu.-----

1.3. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, eleito pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Isabel Cristina Pereira da Costa Rodrigues.-----

1.4. Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído, impossibilidade de Helena Maria Pereira Leal, de Bruno Lisandro França de Sousa e de João Pedro Pereira Sousa, por Esmeralda João Coelho

Gonçalves. -----

1.5. Marta Luísa Freitas, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída na impossibilidade de Hugo Roberto Pestana da Corte e de David Caldeira Ferreira, por Andreia Drumond Caetano. -----

2. RENÚNCIA DO MANDATO: -----

2.1. Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, deputado municipal eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo BE, comunicou a renúncia ao mandato, sendo substituído por Egídio Paulo Caires Fernandes. -----

2.2. Cristiana Martins de Sousa, deputada municipal eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo BE, comunicou a renúncia ao mandato, sendo substituída por João de Meneses da Costa. -----

--- Antes de ser dado início à ordem de trabalhos, foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento do Padre Mário Tavares Figueira. -----

--- Depois, o **Senhor Presidente da Assembleia** explicou a razão da disposição da sala. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou o **Ponto Um - Proposta de Deliberação – Criação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal, de acordo com a al. I) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal**, que se transcreve: “O impacto da emergência de Saúde Pública de interesse internacional relacionado com a doença infecciosa provocada pelo novo Coronavírus (SARS-COV2) e as declarações de risco elevado de disseminação do vírus e propagação da doença COVID-19 à escala global, originou a Declaração de Emergência de Saúde Pública de âmbito mundial, qualificada atualmente pela Organização Mundial da Saúde como pandemia. -----

Perante esta situação que evoluiu de forma drástica na Europa, foram criadas medidas

extraordinárias para combater este vírus. -----

Perante esta situação excecional e de particular complexidade que se vive a nível global à qual Município do Funchal não é alheio, torna-se necessária a adoção de medidas extraordinárias de mitigação do impacto negativo sobre a economia do município. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal pretende aprovar um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do concelho do Funchal (adiante designado como Fundo), no montante de 3.7 milhões de euros, destinado a apoiar o comércio da cidade do Funchal, abrangendo o período entre março a 31 de dezembro de 2020. -----

Este fundo deverá abranger todas as empresas com atividade no concelho do Funchal, privilegiando o pequeno comércio local da nossa cidade e excluindo as instituições financeiras de crédito.-----

O montante do Fundo proposto tem como base os valores orçamentados na receita e na despesa da autarquia designadamente: -----

I. na Derrama e outras taxas municipais cobradas aos comerciantes, no respeitante à receita; -----

II. na publicidade, estudos e processos, seminários, exposições, prémios, condecorações e ofertas no respeitante à despesa.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal delibera, ao abrigo da alínea I) do nº 3 do artigo 3º do seu Regimento, instar a Câmara Municipal a promover, com a maior brevidade, os procedimentos considerados necessários à criação de um regulamento municipal que defina os critérios e as condições de acesso ao Fundo, o qual terá como linhas orientadoras: -----

1 – Apoiar os agentes económicos que tenham perdido rendimento, por força da atual situação epidemiológica do covid-19, nomeadamente os empresários, sócios gerentes proprietários de estabelecimentos de venda ao público ou equiparado,



- estabelecimentos de restauração, proprietários ou sócios de táxis. -----
- 2 – Privilegiar o apoio às startups, microempresas e PMEs, como resposta aos atuais desafios da economia, contribuindo para manter o emprego na cidade. -----
- 3 – Apoiar as empresas a fundo perdido, nas despesas de tesouraria que sejam realizadas com a aquisição de material de proteção individual, para os seus trabalhadores e para a higienização de todos os locais de trabalho.-----
- 4 – Promover os estabelecimentos comerciais, através do financiamento de campanhas que visem aumentar a confiança dos consumidores. -----
- 5 – Apoiar a fundo perdido e sem custos de compensações, as empresas no pagamento dos custos de funcionamento, encargos e despesas correntes, indispensáveis ao exercício, manutenção e retoma da atividade económica. -----
- 6 – Implementar medidas de “atenuação de prejuízos” dos agentes económicos da cidade, comprovadamente afetadas pelo fenómeno pandémico.-----
- 7 – Garantir que os benefícios do Fundo ficarão obrigados à manutenção dos postos de trabalho, alocados aos respetivos estabelecimentos, até 31 de dezembro de 2021.”
- Depois deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, do PPD/PSD**, para apresentar aquele ponto, que citamos: “Preservar o comércio tradicional do Funchal como parte integrante da nossa história e como herança para as nossas futuras gerações é um imperativo ético e moral.-----
- O Funchal foi a primeira cidade atlântica fundada gora do Continente Europeu e vibra de história, vibra de tradição. Uma tradição escrita nos genes do nosso povo, no nosso património arquitetónico, cultural, artístico e comercial. -----
- É este património que nos deve orgulhar a todos. É este património que temos de preservar, valorizar e apoiar. -----

É neste contexto que o comércio tradicional assume um papel preponderante naquela que é hoje uma cidade moderna, cosmopolita, mas, que ao mesmo tempo, conseguiu preservar os séculos de tradição que a dignificam. Os séculos que honram os nossos antepassados e que tanto nos orgulham. -----

Nos últimos anos os comerciantes funchalenses com muita resiliência, perseverança e com algum sacrifício conseguiram fazer face aos desafios colocados pelo aparecimento das grandes superfícies comerciais.-----

Foram eles que mantiveram viva a nossa tradição. Foram eles que mantiveram vivos os nossos costumes, fazendo do Funchal uma cidade única para todos os madeirenses e para todos aqueles que nos visitam.-----

Uma cidade que se diferencia das restantes cidades europeias, uma cidade com carácter, uma cidade com uma personalidade marcante que conseguiu conciliar a tradição com a modernidade.-----

Uma cidade que atrai milhares de turistas, a principal indústria regional. Milhares de turistas que procuram produtos distintos, únicos e experiências inesquecíveis. -----

Quem visita o Funchal procura autenticidade e essa autenticidade reside na nossa tradição e no nosso comércio tradicional. Ou seja, a nossa história, a nossa tradição é também a porta para o nosso futuro. É a porta para o futuro do nosso turismo. É a porta do futuro que permite distinguirmo-nos de tantas outras cidades europeias. É a porta de futuro para os funchalenses e madeirenses.-----

Porque preservar o comércio tradicional é também manter um tecido económico saudável, é manter o emprego, é manter o poder de compra dos trabalhadores, é manter a economia viva. -----

Hoje vivemos tempos estranhos. Tempos conturbados, sem precedentes. A crise pandémica paralisou o mundo, a nossa Região e a nossa Cidade não foi uma exceção.---



A Covid-19 originou uma crise sanitária e com ela veio a crise económica e social que afetou todos os países, todos os territórios, todas as regiões, todas as cidades. No Funchal, grande parte da população viu os seus rendimentos reduzirem-se substancialmente. Os lojistas viram as suas lojas fecharem portas e corajosamente têm-se batido para que os seus negócios sobrevivam. -----

Nenhum país do mundo por mais rico que seja estava preparado para uma situação extrema como aquela que hoje enfrentamos. -----

Nenhum país, nenhum governo do mundo estava preparado para uma situação que não tem paralelo na nossa história. Por isso, todo o apoio, toda a ajuda é fundamental para que juntos possamos reerguer a nossa economia. -----

E se anteriormente foram os lojistas do comércio tradicional que mantiveram a tradição e as características intrínsecas e diferenciadoras da nossa cidade, com todo o seu empenho e persistência, hoje cabe-nos a nós sermos persistentes, resilientes e responsáveis, encontrando mecanismo para unidos, ajudarmos os nossos comerciantes, ajudarmos a nossa terra, ajudarmos o nosso Funchal, a ultrapassar este momento sem paralelo na nossa história. -----

Todos somos poucos para travar esta luta desigual contra um inimigo invisível, em que todos têm de dar o seu melhor para mitigar os efeitos sociais e económicos provocados pela crise sanitária pandémica. -----

O mundo não é o mesmo. A pandemia afetou todas as economias. Afetou a todos nós, de uma forma ou de outra. As nossas rotinas mudaram. Mas quando regressarmos à normalidade o turismo devido a sua importância financeira, será uma indústria apetecível para todos os países. -----

Por isso temos de preparar a nossa cidade, temos de prepará-la para continuar a ser um destino turístico único, diferenciado autêntico e sustentável. Esse produto único já o temos,

já existe! Só precisamos de preservá-lo. -----

É isso que o Governo Regional está a fazer. Numa primeira fase o Governo regional implementou as medidas acertadas para conter a propagação do vírus na nossa Região, medidas essas que são consideradas exemplares a nível internacional e que tiveram resultados positivos. -----

Não é por acaso que a Madeira figura na lista dos destinos mais seguros para visitar na Europa em 2020, a *European Best Destinations*. -----

E o Governo Regional não tomou apenas medidas para conter a crise sanitária. Também está a apoiar financeiramente as empresas, os empresários e os trabalhadores, através da criação de linhas de apoio no âmbito da Covid-19, através de Fundos de Emergência. -----

Paralelamente as associações e as juntas de freguesia também têm dado o seu melhor, ao apoiar as franjas mais vulneráveis da nossa sociedade, e agora ao apoiar as famílias da classe média que foram as mais atingidas por esta crise. -----

As associações e as juntas de freguesia, a par do Governo Regional, têm feito um trabalho meritório para responder a esta crise sanitária, social e económica. -----

Cabe também agora à Câmara Municipal do Funchal dar um passo em frente e dizer que está presente. Cabe também agora à Câmara Municipal apoiar os nossos comerciantes e, conseqüentemente, apoiar a manutenção dos empregos dos trabalhadores, para que estes mantenham o poder de compra e a economia a funcionar. Cabe agora à Câmara Municipal do Funchal fazer um trabalho meritório que apoie verdadeiramente todos os comerciantes que neste momento passam por grandes dificuldades. -----

Por isso apresentamos hoje nesta Assembleia Municipal uma proposta de deliberação para a criação de um fundo financeiro de apoio ao comércio local do Funchal no valor de 3,7 milhões de euros a abranger o período compreendido entre março e 31 de dezembro de 2020. Este fundo será complemento às medidas já anunciadas e implementadas pelo

Governo Regional. Mas sendo um complemento não é de menor importância. Bem pelo contrário. A Câmara Municipal do Funchal tem um papel a desempenhar, uma responsabilidade para com os comerciantes funchalenses, como resposta aos atuais desafios que enfrentam. -----

Este Fundo, proposto pelo PSD, irá abranger todas as empresas com atividade no concelho do Funchal, privilegiando o pequeno comércio local da nossa cidade, mas excluindo as instituições financeiras e de crédito. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Este Fundo servirá para apoiar os agentes económicos que tenham perdido rendimentos, devido à atual situação epidemiológica da Covid-19. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Será um Fundo destinado a empresários, a sócios-gerentes, a proprietários de estabelecimentos de venda ao público ou equiparados, a estabelecimentos de restauração, a proprietários ou sócios de táxis. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Será também um Fundo que irá privilegiar o apoio às Startups, às microempresas e às Pequenas e Médias Empresas, contribuindo para manter o emprego na cidade. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Será um Fundo para apoiar as empresas a fundo perdido, nas despesas de tesouraria que sejam realizadas com a aquisição de material de proteção individual, para os seus trabalhadores e para a higienização de todos os locais de trabalho. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Será um Fundo que financiará campanhas que visem aumentar a confiança dos consumidores. Será um Fundo que irá apoiar a fundo perdido as empresas no pagamento dos custos de funcionamento, encargos e despesas correntes, indispensáveis ao exercício, manutenção e retoma da atividade económica. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Será um Fundo que obrigará os seus beneficiários a manterem os postos de trabalho, alocados aos respetivos estabelecimentos, até 31 de dezembro de 2021. -----

Os nossos comerciantes, os nossos empresários, os trabalhadores precisam de saber se o Senhor Presidente diz: presente!-----

Esta é a proposta do PSD que, para ser implementada só precisa de um Presidente de Câmara presente, de um Presidente de Câmara que tenha vontade política para criar um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal. -----

Este não é o momento para quezílias políticas. Não é o momento para desculpas de mau pagador. Este não é o momento de o executivo socialista utilizar o argumento de sempre.

Um argumento já gasto, de que a autarquia não tem verbas e que nada mais pode ser feito porque a oposição votou contra o orçamento deste ano. -----

Estas verbas existem. Estão disponíveis. Haja vontade política para as executar mesmo que isso se traduza num aumento da despesa e um decréscimo na receita. -----

O montante das verbas do Fundo proposto de 3,7 milhões de euros tem exatamente como base os valores orçamentados na receita e na despesa apresentados pela própria Autarquia. -----

No que respeita à receita, a Câmara recebe a Derrama, um imposto implementado por este



Executivo socialista e cobrado aos comerciantes funchalenses. Neste momento, a primazia é devolver a receita da Derrama aos comerciantes e outras taxas municipais cobradas aos respetivos comerciantes, através do Fundo Financeiro de Apoio ao Comercio Local do Funchal.-----

No que diz respeito às despesas orçamentadas pela Autarquia, nomeadamente em publicidade, estudos, pareceres, seminários, exposições, prémios, condecorações e ofertas, está visto que estas despesas não fazem qualquer sentido no atual momento em que vivemos. -----

O paradigma alterou-se. As prioridades mudaram. Agora as prioridades são outras e muito mais urgentes! -----

São estas as receitas, são estas as despesas orçamentadas pela própria Autarquia, no valor de 3,7 milhões de euros, que devem ser rapidamente alocadas a este Fundo para apoiarmos o comercio da Cidade do Funchal. -----

Prioritário é mitigar o impacto económico-social negativo deixado pela Covid-19 na economia do Município, prioritário é manter as portas do comércio local abertas, manter os postos de trabalho, manter o poder de compra, manter a economia. Prioritário é manter a autenticidade desta Cidade para que continue a ser atrativa para todos aqueles que nos visitam e nos ajudam a manter a economia viva. -----

Este deverá ser um momento de união independente de cores políticas. Este é o momento para o Executivo e os deputados municipais socialistas fazerem a coisa certa. Repito: este é o momento para fazerem a coisa certa. Aquilo que é correto. E o correto é votarem favoravelmente a proposta que o PSD traz aqui hoje.” -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** interveio dizendo: “Não poderia deixar de começar a minha intervenção com uma palavra

de apreço e de homenagem em honra ao Padre Mário Tavares, que certamente merece ser homenageado, reconhecido e lembrado nesta que é a Casa do Funchal e deixar em nome do PTP, um muito obrigado. -----

Relativamente a esta proposta do PSD que traz aqui a Criação de um Apoio Financeiro ao Comércio Local do Funchal, eu creio que é unânime a importância desta medida para a cidade do Funchal, aliás, basta nós darmos uma pequena volta pelo nosso Município para constatar as dificuldades que as pequenas e médias empresas, a pequena restauração e o pequeno comércio enfrentam neste momento. Temos ruas que outrora eram movimentadas e hoje não se vê absolutamente ninguém, quanto a isso não tenho qualquer objeção ao diploma. Apenas um alerta por aquilo que têm sido os apoios também disponibilizados pelo Governo Regional, e que, no entender do PTP, fica muito aquém daquelas que são as necessidades da nossa população e do nosso tecido empresarial. ---

Foi-me dado a conhecer que alguns empresários tentaram recorrer aos apoios que foram disponibilizados pelo Governo Regional, nomeadamente, através da linha de apoio de 100 milhões de euros, mas depois constatamos que grande parte das empresas ficam excluídas destes mesmos apoios. Ou porque têm dívidas à Segurança Social, ou porque têm dívidas ao fisco, ou porque não tiveram nos últimos 3 anos resultados positivos na sua empresa. Portanto, os apoios são dados, mas como um presente envenenado, porque a burocracia é de tal ordem que depois as empresas que mais precisam não conseguem beneficiar. Basta nós irmos à costa norte e vermos quais são as empresas que lá estão e que têm resultados positivos, talvez aquelas que tenham almofada do Governo Regional, que estejam alapadas ao regime, com certeza que essas têm condições e meios financeiros para poder estar de acordo com as regras e com a burocracia que é estipulada para o acesso a estes apoios. Isto faz-me lembrar, mais ou menos na Alemanha nazi, quando o Hitler decidiu perseguir os judeus, que para estes terem um visto de trabalho tinham que



ter 12 documentos, depois os judeus conseguiam 11 documentos e chegando ao 12º não o conseguiam, já não tinham direito a trabalhar e eram recambiados para os campos de concentração. Isto é uma pequena analogia para lembrar as dificuldades que da burocracia, para quando esta proposta for aprovada, e espero que seja aprovada, que o regulamento não imponha toda uma série de regras que depois excluem de facto aqueles que verdadeiramente precisam.-----

O PTP também teve a oportunidade de apresentar uma proposta de alteração a esta proposta, no sentido de que seja disponibilizado no site do Município aqueles que vão ser apoiados por esta medida e de uma forma discriminada. Nós queremos saber quem são as empresas que vão receber estes apoios, e quanto é que são esses montantes, para salvaguardar que não sejam sempre os mesmos de sempre, porque o que nós verificamos é que aqueles que têm aquela tal rede de apoio, aqueles que estão de braço alicerçado com o Município ou com o Governo Regional, são os que recebem estes apoios. Portanto, é importantíssimo que a população tenha um acesso imediato a quem é que recebe estes valores e os montantes em si.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, manifestou o seguinte: “A nossa vida depois da pandemia não deve ser uma réplica do que foi antes. O CDS soube, como se tem visto, através do seu Secretário Regional da Economia, Rui Barreto e do próprio Presidente da Assembleia Legislativa Regional, olhar com preocupação para os problemas da nossa população, das nossas famílias, dos nossos comerciantes. -----

Este é o tempo de mostrarmos coragem e experimentarmos novas soluções, para emprendermos novos caminhos.-----

São necessárias medidas extraordinárias para apoiar os nossos comerciantes, o nosso pequeno comércio local de forma direta. Para o nosso Partido, este é o tempo de

assumirmos a nossa matriz liberal e cristã; é o tempo de ajudar aqueles que mais sofrem com o impacto desta pandemia: o Senhor José da frutaria, a D. Maria do cabeleireiro, o Senhor Rui da Barbearia, a D. Cristina da Florista, o Senhor Pedro do café, ...entre outros agentes económicos.-----

Por tudo isto, o CDS reconhece a importância de ver hoje aqui aprovada a Proposta de Deliberação do Grupo Municipal do PSD, que visa a aprovação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do nosso Concelho. O tempo é este: é preciso criar e estabelecer pontes, apoiar propostas como a que aqui foi apresentada, na qual reconhecemos valor e reafirmamos ser de extrema importância, pois são deliberações como estas que revelam uma preocupação que é de todos nós nesta casa: a situação dramática em que está mergulhado o pequeno comércio da nossa cidade. -----

Esta proposta do PSD é para nós, CDS, um sinal claro de esperança para os nossos comerciantes, para as nossas startups, microempresas e PME's. Este fundo é o balão de oxigénio de que os nossos pequenos comerciantes precisam. São eles que dão vida à nossa cidade. Não podemos deixá-los morrer. -----

Ao longo dos últimos anos, o CDS-PP tem-se debatido pela promoção de soluções de diálogo. É preciso escutar as pessoas. Ovi-las. Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Miguel Gouveia, os nossos comerciantes querem falar consigo. Hoje, perguntamos, uma vez mais, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Eng.º Miguel Silva Gouveia, sobre o "Conselho Consultivo do Comércio e Serviços", uma proposta do CDS, aprovada nesta casa, em novembro de 2016. Não seria este o tempo mais que perfeito para reuni-lo? Não estaria, hoje, numa posição mais confortável?-----

Este deveria ser o tempo perfeito para se secundarizar a falta de uma política e visão conjunta, que infelizmente têm caracterizado a relação – ou a falta dela -, entre o município e as associações de comércio da cidade. É preciso criar pontes.-----



A prioridade e o foco devem ser sempre as pessoas e as suas famílias e, Senhor Presidente, o Senhor José da frutaria, a D. Maria do cabeleireiro, o Senhor Rui da Barbearia, a D. Cristina, da Florista, o Senhor Pedro do café, têm família. Têm empregados, que também têm família, a quem querem garantir o posto de trabalho. -----

É por elas que o CDS-PP reclama a ausência dessas pontes que, no nosso entender, são tão necessárias para assegurar a sobrevivência, nestes tempos difíceis, de pandemia, do nosso comércio local. Este deve ser o foco. Esta é a nossa prioridade. -----

Só com políticas ativas de apoio ao pequeno comércio da nossa cidade do Funchal, como a proposta aqui apresentada pelo PSD - que contará com o nosso voto favorável -, podemos contribuir para solucionar, para dar resposta, às necessidades dos nossos comerciantes. Este é um problema real. A sua defesa cabe a todos nós. Não é exclusiva de nenhum partido ou força política. Está acima de toda e qualquer ideologia política. É sobre pessoas. Gente como nós. E é por elas, e com elas, que vamos voltar a ver a nossa cidade e o nosso comércio crescer. Podem, por isso, contar connosco. -----

Antes de terminar, apesar de não estar presente o Senhor Vereador com o pelouro, João Pedro Vieira, deixo a si, mais uma pergunta: quantas inscrições já recebeu a Câmara Municipal do Funchal na plataforma anunciada e, entretanto, criada "Comércio ao Serviço?". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente**, transmitiu: "Estamos neste momento a discutir a Criação de um Fundo de Apoio ao Comércio Local, e nesse sentido, informo desde já que acompanharei esta proposta tendo no entanto apresentado uma proposta de alterações, que acho que é de importante relevância, uma vez que a mesma simplifica aquilo que está proposto pelo grupo municipal do PSD. Por outro lado, clarifica também, uma questão que para mim é fundamental que é a manutenção dos postos de trabalho, e a questão relevante

relativamente à atribuição de quem é que são os beneficiários do apoio.-----
Como é referido na proposta do PSD, este fundo destina-se ao apoio ao comércio local, como tal, deverão ser privilegiadas aqui as pequenas empresas, os empresários em nome individual quer do regime simplificado do IRC, quer do regime simplificado do IRS. É importante que fique desde já assente que esta é uma predominância do comércio local do Funchal, porque este depende essencialmente de um ponto importante e de uma retoma importante que é a retoma do turismo. Enquanto não tivermos a retoma do turismo não teremos a recuperação do comércio local, nem teremos comércio local, que é aquilo que neste momento se constata quando percorremos o Funchal. Efetivamente estes empresários em nome individual e estas pequenas empresas necessitam do nosso apoio e necessitam do apoio da Câmara Municipal do Funchal. Nesse sentido, apelo ao voto nesta proposta, assim como das alterações que venham a surgir. Por outro lado, gostaria de referir também e apoiar a divulgação maciça quer deste apoio, quer das entidades e dos empresários que foram apoiados. É importantíssimo que isto fique claro e que seja transparente a sua aplicação.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** expressou: “O CDS como já foi referenciado e sublinhado pela minha colega Carla Baptista, é um partido que sempre defendeu os pequenos comerciantes, no entanto, eventualmente para alguma retórica do partido que sustenta a vereação transmitindo que não existe verbas, eu passo a explicitar aos Senhores Deputados Municipais, que desde 2017, 2018 e 2019 houve um acréscimo de receitas a nível percentual e a nível financeiro, relacionado com as receitas por via da DERRAMA.-----

Dou-vos este exemplo: em 2017 a Câmara Municipal do Funchal liderada pelo Professor Paulo Cafôfo, recebia 1 milhão e 89 mil euros de receitas por via da DERRAMA. -----

Em 2018, também gerida pela vereação socialista e apoiada por alguns partidos, houve um



acréscimo de 20% das receitas por via da DERRAMA, ou seja, aumentaram a tributação de impostos aos comerciantes da cidade do Funchal e houve um acréscimo de 20% dessas mesmas receitas por via da DERRAMA, assim, os cofres do Município arrecadaram em 2018, 1 milhão e 300 mil euros de receitas por via da DERRAMA, receitas da tributação de impostos às empresas com sede no concelho do Funchal. -----

Em 2019 aumenta essa variação em cerca de 200 mil euros, ou seja, face á receita arrecadada em 2018, a Câmara Municipal do Funchal arrecadou mais 200 mil euros com a tributação de impostos das pequenas e médias empresas sediadas no concelho do Funchal.-----

Está mais do que visto que a arrecadação fiscal de receitas por via da DERRAMA, é um justificativo que já foi enunciado aqui pelo PSD, e nós corroboramos, de entregar às pequenas e médias empresas do concelho do Funchal, essa tributação que o Município do Funchal arrecada com a receita dos lucros das empresas que tenha sede e estabelecimento estável no concelho do Funchal. Portanto, se tem havido um aumento gradual e percentual de receita por via do imposto tributado às empresas, V. Exas têm mais uma razão de votar a favor e de acompanhar o sentido de orientação de voto do CDS e do PSD, e de alguns partidos que eventualmente assim o entenderem. Eu lanço o desafio ao Partido Socialista, face a este aumento de receitas da DERRAMA, de votar e de devolver esses impostos às empresas sediadas no concelho do Funchal. -----

O Senhor Presidente está pronto para gastar dinheiro com cartas aos munícipes do Funchal, na propaganda de V. Exa, em que fala da oposição do PSD e do CDS e da obstaculização do chumbo do PSD e do CDS que é mentira, porque esse chumbo foi da maioria de vários partidos que compõem esta Assembleia Municipal, mas para estar presente no apoio às pequenas e médias empresas, para estar presente no apoio real a fundo perdido para as pessoas que têm famílias, como disse a minha colega, já não tem

dinheiro para gastar face à despesa corrente existente no Orçamento para 2020.-----

Ora, lanço o repto à bancada do Partido Socialista, se isto é a melhor forma de fazer política, então vão reprovar a proposta do PSD, mas se forem coerentes, nomeadamente, na questão da receita da DERRAMA, que houve um acréscimo de receitas substanciais para o Município do Funchal, Senhoras e Senhores, estamos em condições de devolver aquele fundo de compensação a fundo perdido às pessoas que sustentam o trabalho laboral no Funchal, às microempresas. Para também não haver retórica demagógica:-----

- Em 2018 no Funchal, nós tínhamos 12 mil 981 microempresas. Senhor Presidente da Câmara vai estar ao lado destas 12 mil 981 microempresas apoiando com o fundo de compensação?-----

- Pequenas empresas são 560. Senhor Presidente vai estar ao lado destas empresas para apoiar por via deste fundo de compensação?-----

E vamos ver hoje a atitude dos Deputados Municipais do Partido Socialista, que na Assembleia Legislativa Regional, estão a favor de um gabinete de apoio às pequenas e médias empresas, se irão votar a favor de uma proposta na devolução de uma receita arrecadada por este Município, para distribuir aos lojistas e aos comerciantes da cidade do Funchal.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD**, disse o seguinte: “A escala pandémica mundial não exige a dimensão autárquica das responsabilidades inerentes ao nível do estado mais próximo dos cidadãos. Acima de tudo a atividade económica não se sustenta com slogans: de capital disto e daquilo, usando sempre a muleta da palavra confiança ou com referência a “união”, com iniciativas repetitivas virtuais e algumas egocêntricas, pois elas não passam disso: putativas e virtuais. Parole, parole, parole. Espremido, bem espremido, sai um post no face e mais uma atividade que se diz ter sido desenvolvida.-----



São unânimes os clamores da necessidade real: carecem de medidas reais, não virtuais, de medidas que ativem o tecido empresarial constituído por pequenas e microempresas. A maioria são familiares, são famílias, mesmo, com pessoas de todas as idades que dependem da atividade e agora, das medidas reais que a potenciem, para sobreviver. Nesta fase em que a preocupação já não pode estar focada exclusivamente na contenção pandémica, sob pena de uma pandemia económica que afetará todos. Não são abstratos, são pessoas, com necessidades de sobrevivência, algumas já em agonia e a passar dificuldades, são munícipes, cidadãos desta cidade, que procuram nas entidades, para as quais contribuem, uma resposta; especialmente aquelas entidades mais próximas e a resposta não pode, não deve e não vai ser uma mão cheia de iniciativas estéreis, vagas, ocas e sobretudo, ineficazes quanto ao fim pretendido.-----

Grande parte das empresas insere-se, ou é conexas, ao turismo e foi esse o basilar sector, grande empregador, que mais sofreu mais pela necessidade de proteção, um preço de segurança caro, que ora urge colmatar através da colaboração efetiva e substancial que incumbe às entidades. Provado está que de fora desta ilha tardam as respostas, as medidas e especialmente os meios, é urgente agir rápido. Sendo os recursos finitos propõe-se que os meios necessários à criação do fundo sejam os gerados pela própria atividade económica passada, mormente a Derrama e outras taxas cobradas à atividade comercial, bem como a realocação de montantes referentes a atividades de menor premência atual, como a publicidade, estudos, seminários, exposições, prémios etc. -----

É tempo sobretudo de agir, realmente, no âmbito municipal, em conviência de objetivos, de retoma à atividade e criação de valor, restaurando à economia Funchalense a saúde e produtividade que torna o Funchal uma cidade viva, de presente e de futuro, para todos os funchalenses."-----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa, **Roberto Paulo Ferreira Vieira**,

Independente, foi substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, para poder intervir. -----

Dada a palavra expôs: “Esta proposta apresentada que com certeza irá passar nesta Casa, porque a Confiança sozinha não pode chumbar e politicamente não o vai fazer, pois sabe que a proposta já foi aprovada por toda a oposição, que é a maioria nesta Casa. Possivelmente irão se abster. Votar contra eu não acredito, porque não quererão ficar com esse ónus nesta política que o Funchal vem fazendo, de enganar sistematicamente as pessoas. -----

O comércio, muito dele ainda está fechado, muitos trabalhadores estão em situações catastróficas, não recebem salário ou recebem parte dele que não dá para a sua vida. Estamos aqui a falar em postos de trabalho, que é aquilo que é verdadeiramente preocupante para os nossos, neste caso, trabalhadores do Funchal.-----

A Câmara do Funchal pode ser o ventilador que os trabalhadores precisam e que os empresários precisam para manter as suas portas abertas, para poder continuar a respirar, para poder continuar a trabalhar e fazer a economia do Funchal crescer.-----

Os empresários e as famílias pedem isso a nós políticos da oposição e pedem à Confiança que, como digo, só o vai fazer, aprovando ou se abstendo por interesse político, porque as pessoas não aceitariam um chumbo numa ou várias propostas de retificação a esta proposta que foi apresentada inicialmente. -----

Esta Câmara pouco ou nada tem feito pelo comércio local, já houve propostas aprovadas nesta Casa, nomeadamente relacionadas com estacionamento mais baratos, horas grátis para quem faz compras no comércio do Funchal e a Câmara nunca as pôs em prática, esteve muito tempo insensível ao comércio e continua a estar, só que o Covid faz interesse e com o Covid fazemos muita coisa até por portas e travessas.-----

Usa-se muito que o chumbo do Orçamento é o motivo para muita coisa não ser feita nesta

cidade, e quem paga é sempre quem o chumbou, mas há uma coisa que tem de ficar clara e que já foi dita nesta Casa. Politicamente interessa à Confiança dizer que foi o PSD e o CDS que chumbaram o Orçamento e não foi, foi toda a maioria desta Casa, foram os Deputados Independentes e todos os partidos que não fazem parte da Confiança, e muito bem porque esta Câmara é uma Câmara rica. É uma Câmara que se dá ao luxo de dar fogo de artifício para inglês ver, ou melhor nem para inglês ver, porque não tínhamos ingleses em estadia no Funchal, tem muito dinheiro, como já foi dito ainda há pouco, para propaganda e aqui nós temos que ser críticos, apontar o dedo e exigir que se tome medidas pensando neste comércio local, pensando nos empresários e pensando nos trabalhadores. Há uma coisa que quero deixar claro perante todas estas observações, que se for aprovado este fundo, as regras não sejam muito burocráticas, que sejam claras, transparentes e não façam aquilo que se fez durante 40 anos que foi servir os mesmos e a Confiança que nós esperávamos que mudassem alguma coisa, hoje fazem igual ou bem pior do que se fez nos últimos 40 anos.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente**, para apresentar a **Proposta de Alteração e Eliminação à proposta de deliberação do PPD/PSD, intitulada Criação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal**, anteriormente apresentada, que se reproduz: “Alterar os pontos abaixo para a seguinte redação:-----

1 – Estabelecer protocolos de apoio às micro e pequenas empresas e empresários em nome individual com sede no concelho do Funchal, que sejam tributados pelo regime geral de IRC e ou IRS, que tenham a sua situação contributiva regularizada à data de 30 de março de 2020 e que for força da atual situação epidemiológica do Covid 19, tenham reduzido as suas receitas em pelo menos 40%. O apoio, a fundo perdido, incidirá sobre os custos indispensáveis ao exercício da atividade e retoma da atividade económica. -----

2 – Este apoio protocolado, com os agentes económicos, terá de privilegiar de forma inequívoca a manutenção dos postos de trabalho a 28 de fevereiro de 2020 e garantir a manutenção dos referidos postos até 31 de dezembro de 2021. -----

3 – O protocolo a assinar com os agentes económicos contemplará, também, os custos que sejam realizados com a aquisição de material de proteção individual dos empregados e de produtos específicos, aconselhados pelas entidades de saúde, para a higienização dos locais de trabalho e dos espaços de atendimento ao público. -----

4 – O referido apoio poderá contemplar ações comerciais de divulgação que visem restabelecer e aumentar a confiança dos consumidores, desde que as referidas ações não sejam objeto de apoio dos respetivos fornecedores. -----

Eliminar os pontos: 5, 6 e 7 da proposta.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou a **Proposta de Alteração e Eliminação à proposta de deliberação do PPD/PSD, intitulada Criação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal**, apresentada pelo Deputado Municipal, Independente, Orlando Manuel Henriques Fernandes, à **votação** sendo **aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezassete abstenções do GMC. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação o Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso de Moura Melim, do PPD/PSD e os Deputados Municipais António José Gouveia Gomes e Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMC. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, que apresentou a seguinte **Proposta de Alteração à proposta de deliberação do PPD/PSD, intitulada Criação de um Fundo**



Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal, que se transmite: “Vem o PTP, ao abrigo do Regimento, pedir uma Proposta de Alteração à proposta de deliberação intitulada Criação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal, para que quando elaborado o Regulamento da Proposta, sejam discriminados e disponibilizados ao público os montantes dados e as respetivas empresas apoiadas, no *site* do Município do Funchal.” Acrescentou ainda: “aproveito a apresentação desta proposta para manifestar a minha incredibilidade, a minha indignação e a minha surpresa por ver que ninguém da Confiança ainda se inscreveu para falar sobre uma proposta com esta dimensão. Estranho ainda mais que ainda não tenha ouvido uma palavra do Senhor Presidente relativamente a esta proposta, tendo em conta o teor e a relevância que tem para a cidade do Funchal e para os comerciantes do Funchal.-----

Quero também aqui deixar uma palavra ao Executivo e aos representantes da Coligação Confiança, para aquilo que se passou na última reunião de Líderes e acho que é importante nós manifestarmos a situação em que é mandatado um Deputado Municipal pela Confiança, nomeadamente o Senhor Deputado Municipal Miguel Palma, o qual se apresenta à reunião de Líderes para ali representar toda a Coligação Confiança e para nossa surpresa e espanto ele diz-nos que nada tem para dizer, que não foi mandatado pela Coligação Confiança. Então pergunto porque é que enviam um Senhor Deputado a uma reunião de Líderes representar uma Coligação de partidos, se este não representa absolutamente nada e se este não vem às reuniões mandatado para debater com os restantes partidos eleitos na Assembleia Municipal. Considero um desrespeito a esta Casa, à reunião de Líderes e ao Deputado em questão. A minha solidariedade para o Senhor Deputado Miguel Palma.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma da Costa, do GMC**, esclareceu a Senhora Deputada Raquel Coelho: “Quero lembrar-lhe que esta é uma

Sessão Extraordinária convocada por um partido, que tem uma ordem de 4 pontos e que nós estamos aqui para ouvir democraticamente e para responder quando o quisermos, e não quando a Senhora Deputada o desejar. Como eu lhe disse e reafirmo, eu fui para uma reunião de líderes obviamente também para ouvir o que aqueles que marcaram esta sessão tinham para dizer, e eu naquela reunião não tinha nada para dizer.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação a Proposta de Alteração à proposta de deliberação do PPD/PSD, intitulada Criação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal**, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho, sendo **aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezassete abstenções do GMC. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação o Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso de Moura Melim, do PPD/PSD e os Deputados Municipais António José Gouveia Gomes e Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMC. -----

--- De seguida, colocou à **votação a Proposta de Deliberação – Criação de um Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local do Funchal, de acordo com a al. I) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal**, sendo **aprovada por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezanove abstenções do GMC, com as alterações aprovadas que se transcrevem: -----

“1 - Estabelecer protocolos de apoio às micro e pequenas empresas e empresários em

nome individual com sede no concelho do Funchal, que sejam tributadas pelo regime geral de IRC e ou IRS, que tenham a sua situação contributiva regularizada à data de 30 de março de 2020 e que por força da atual situação epidemiológica do Covid-19, tenham reduzido as suas receitas em pelo menos 40%. O apoio, a fundo perdido, incidirá sobre os custos indispensáveis ao exercício da atividade e retoma da atividade económica. -----

2 – Este apoio protocolado, com os agentes económicos, terá de privilegiar de forma inequívoca a manutenção dos postos de trabalho a 28 de fevereiro de 2020 e garantir a manutenção dos referidos postos até 31 de dezembro de 2021. -----

3 – O protocolo a assinar com os agentes económicos contemplará, também, os custos que sejam realizados com a aquisição de material de proteção individual dos empregados e de produtos específicos, aconselhados pelas entidades de saúde, para a higienização dos locais de trabalho e dos espaços de atendimento ao público. -----

4 – O referido apoio poderá contemplar ações comerciais de divulgação que visem restabelecer e aumentar a confiança dos consumidores, desde que as referidas ações não sejam objeto de apoio dos respetivos fornecedores. -----

Os pontos cinco, seis e sete são eliminados. -----

Deverá ainda ser discriminado e disponibilizado ao público os montantes entregues e as respetivas empresas apoiadas, no site do Município do Funchal.” -----

--- Por esta ocasião, o Senhor Presidente da Câmara foi substituído pela Senhora Vice-presidente da Câmara. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, declarou: “O CDS gostava de salientar aqui a total ausência por parte até do Executivo. Acho estranho quando a ordem de trabalhos remete para um assunto tão importante como o comércio, e o Senhor Vereador nem sequer esteja cá. Acho que devíamos sublinhar a

importância que a Coligação Confiança dá aos nossos comerciantes, que só são tidos em consideração quando se quer lançar plataformas como aquela que foi criada de Comércio ao Serviço. Gostava de saber quantas inscrições é que têm, porque como é que se pode promover produtos quando as lojas estão a fechar.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** declarou: “A Coligação Confiança inviabiliza esta proposta com o voto de abstenção, porque apesar dos princípios previstos nos considerandos, caberá à Câmara Municipal avaliar a exequibilidade e a implementação destas medidas, particularmente à luz dos condicionamentos decorrentes do chumbo do Orçamento municipal para 2020, da responsabilidade dos subscritores desta proposta, ou seja, do PSD e do CDS. Os mesmos partidos que até agora não foram capazes de apoiar as empresas da Região. -----

Os Senhores comerciantes, os Senhores empresários, os Senhores trabalhadores, o Senhor Pedro e o Senhor José continuam à espera dos 100 milhões de euros. Ao contrário, a Câmara Municipal do Funchal tem desenvolvido nesta área, nomeadamente: a iniciativa mercado em casa, isenção de 500 mil euros de taxas municipais em ocupação de espaço público e publicidade, isenção de rendas a todos os comerciantes que estiveram encerrados, disponibilização de equipamento de proteção individual aos agentes económicos, auxílio na criação dos planos de contingência, organização de seminários online para empresários em parceria com a *deloitte*, disponibilização de informação e acompanhamento no balcão do investidor, emissão de licenças gratuitas de venda itinerante durante o período de confinamento e a criação do certificado municipal do comércio sustentável.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente,** declarou: “Nesta matéria enquanto representante da população do Funchal não poderia deixar de votar favoravelmente a proposta apresentada pelo PSD, mas de certa



forma a proposta que foi aprovada foi a proposta que foi por mim apresentada e que efetivamente altera na sua forma a proposta que foi apresentada pelo PSD, todavia de certa forma e totalmente a acompanháramos, porquanto entendemos que é fundamental o apoio ao comércio local do Funchal, a todos aqueles que nos elegeram e a todos aqueles que nos têm acompanhado durante estes períodos difíceis e que neste momento se encontram eles também num período difícil da sua vida. -----

Por isso, o meu apoio quer pela proposta inicial do PSD, quer depois pela proposta que foi aprovada na sua versão final.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** declarou: “A minha declaração em relação à proposta que agora acabamos de votar, vai no sentido de não só uma vez mais reafirmar aquela que tem sido a postura de defesa dos direitos dos micro e pequenos empresários, e acima de tudo daqueles que, não de agora, mas desde há muito tempo têm enfrentado condições demasiado adversas para conseguir garantir a porta aberta. Esta medida que aqui está, é verdade que não é o fundamental para garantir que eles continuem a manter a porta aberta, mas é um “penso rápido” em muitos dos problemas que têm sido enfrentados. Tomáramos nós, que as medidas que têm sido apresentadas quer no plano da Assembleia da República, quer no plano da Assembleia Regional também possam ser aplicadas a estes mesmos comerciantes e possam socorrer-se delas para continuar a existir, como algumas intervenções no início dos nossos trabalhos diziam, aquela que é a nossa identidade cultural se continue a poder ver quando nós nos deslocamos às ruas da nossa cidade.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** declarou: “Eu não posso deixar de sublinhar aquela que é a postura birrenta, infantil, revanchista da Coligação Confiança relativamente a esta proposta. Aos democratas de chocadeira que estão aqui presentes nesta sala, vou-vos deixar uma lição de democracia:

que não interessa a proveniência da proposta, mas a sua substância. E eu fui a primeira a criticar aquela que foi a medida do Governo Regional no apoio às empresas de 100 milhões de euros, mas também fui eu que vim aqui realçar a importância desta medida e de nós fazermos diferente, mais e melhor. Aproveitarmos este espaço, aproveitarmos o poder que temos para fazer melhor do que o Governo Regional e é este o apelo que eu deixo à Coligação Confiança, que não enferme dos mesmos males que o Partido Social Democrata, que o que interessa é de facto a substância do diploma e ajudar os funchalenses e o tecido empresarial funchalense, e não nos deixarmos levar em guerrinhas partidárias que não interessam de facto, muito menos neste momento de crise que muitas famílias e empresas enfrentam neste momento. Por isso, uma palavra de pedido de bom senso, sentido de responsabilidade e sentido de estado, acho que ficava bem a todos nós.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente,** declarou: “Este voto já estava no fundo decidido que a maioria aprovaria e que a Confiança faria aquilo que eu acabei de dizer há pouco, que era o de se abster porque não fica bem para os empresários, para as famílias dos empregados e dos trabalhadores daqui da cidade, a Confiança votar contra.-----

E voltar a lembrar ao Senhor Deputado José Manuel Sebastião que o Orçamento desta Casa e bem, foi chumbado por 4 partidos e vários Deputados Independentes. O politicamente para chegar lá fora para captar votos e desacreditar aqueles que têm mais votos não chega, foi a maioria desta Casa que chumbou este Orçamento. Esta Casa tem meios financeiros até dizer chega, se não, não dava fogo de artifício, não pagava propagandas, não fazia festas, pior do que no tempo do Dr. Alberto João Jardim, faz-se festas nesta Casa mais do que no tempo da *velha senhora*. E aqui não se compreende nem se entende que a Confiança se abstenha porque não lhe faz jeito.”-----

--- Por esta ocasião, o Segundo Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira, voltou



a ocupar o seu lugar na mesma.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, para apresentar o **Ponto Dois - Proposta de Deliberação – Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado pela pandemia COVID-19, de acordo com a al. l) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal e da al. c) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12/09**, que se traslada: “Os portugueses foram confrontados com a pandemia COVID-19 e com as graves implicações económicas e sociais que a mesma causou. Naturalmente, os madeirenses e os funchalenses em particular, não são alheios ao impacto negativo no rendimento das famílias que uma crise desta dimensão acarreta. -----

Nesse sentido, a resposta à crise pandémica implicará medidas de saúde pública, mas não dispensará medidas económicas e de proteção social. No caso do Município do Funchal, esta é a hora de serem tomadas medidas urgentes para fazer face ao momento extraordinário na vida da nossa cidade e no dia-a-dia de quem nela vive.-----

É inegável que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) constitui um encargo relevante no orçamento de muitos agregados familiares. É também óbvio que, como resultado da paralisação da economia, muitas famílias verão os seus rendimentos reduzidos. Apesar de no município do Funchal, a taxa de IMI já se encontrar no mínimo nacional, julgamos que a gravidade do momento que atravessamos obriga a medidas verdadeiramente excecionais. Do nosso ponto de vista, os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado negativamente em pelo menos 30%, como resultado da pandemia da COVID-19, devem ser isentados do pagamento do IMI. Somos os primeiros a reconhecer a importância deste imposto no financiamento da autarquia, no entanto as circunstâncias extraordinárias pelas quais passam muitas famílias funchalenses tornam este esforço financeiro da autarquia,

fundamental para muitos munícipes. -----

Naturalmente, caberá ao executivo camarário encontrar a melhor forma de pôr em prática esta isenção, seja aplicando-a diretamente ao proprietário ou sob a forma de crédito a ser reembolsado no futuro. Independentemente da forma escolhida, deverá o executivo fazê-lo no âmbito de um regulamento claro e transparente, que permita aos munícipes conhecer todos os critérios e condições de acesso à isenção. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal delibera, ao abrigo da alínea I) do nº 3 do artigo 3º do seu Regimento, instar a Câmara Municipal a promover, com a maior brevidade, os procedimentos considerados necessários à criação de um regulamento municipal que defina os critérios e as condições de acesso à isenção do IMI para os proprietários cujo rendimento coletável ou do agregado familiar, para efeitos de IRS, venha a ser reduzido pelo menos em 30%, por força da pandemia provocada pela COVID-19.” -----

- INTERVENÇÃO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente**, interveio dizendo: “A proposta apresentada pelo PSD relativamente à questão da redução do IMI, com especial incidência no IMI Familiar, não é de fácil aplicação. Apesar de concordarmos com esta redução, entendemos que por parte da administração fiscal não haverá nem poderá haver abertura para esta alteração, uma vez que todo o pacote fiscal é comunicado até 31 de dezembro do ano anterior. Por isso, a aplicação desta redução de IMI só poderá ser efetuada através da própria Câmaras Municipal e neste caso, só no decorrer, porque a última prestação do IMI irá ocorrer no mês de novembro, a sua devolução por parte da administração fiscal só poderá acontecer em 2021. No entanto, é de louvar que estejam contempladas nesta proposta, nomeadamente, todas as pessoas que tendo habitação própria permanente, tiveram uma *lay-off* nas costas e, como tal, uma



redução superior a 30% do seu rendimento. -----

Gostaria, no entanto, de deixar um alerta relativamente à questão das médias e grandes empresas que podendo ter uma redução superior dos seus rendimentos coletável em 30%, poderão também aqui beneficiar, o que para mim não seria muito correto. Retiraria desta proposta a questão das grandes empresas e de algumas médias empresas, e deixaria claro que esta proposta se destina cabalmente ao pequeno empresário e a todo aquele que gravita à volta do turismo do qual a Região é superdependente. -----

No fundo, apesar destas ressalvas e da complexidade que efetivamente a aprovação e a aplicação por parte da Câmara desta proposta acarretarão, informo desde já, que votarei favoravelmente esta proposta." -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** questionou: "Deixar aqui algumas dúvidas em relação à proposta agora apresentada, que de alguma maneira o Deputado Orlando Fernandes já aqui as colocou. Nós também temos vindo a considerar, e não de agora, que todas as medidas que sejam apresentadas nesta Casa, tenham que ser também acompanhadas da responsabilidade do voto que depois poderá, ou não assistir as propostas, depois recairá sobre cada um de nós. Partilho da mesma preocupação do Senhor Deputado Orlando Fernandes, de que muitas foram as famílias que já tiveram que regularizar o próprio IMI até o final do mês de maio, há uma segunda *tranche* que terá de ser paga até o final deste ano, e há aqui algumas preocupações que estão até implícitas na própria proposta, que a Câmara terá que tentar encontrar a melhor forma, seja através de um reembolso, seja de qualquer outra forma. E também foi aqui colocada, que possivelmente com grande dificuldade, e aqui também temos que ser realistas, partilhando das preocupações que aqui foram colocadas em relação às famílias e que foram milhares, afetadas pelo lay-off e outras consequências

daqui também adversas àqueles que são os seus rendimentos, e já agora ficava a pergunta ao partido proponente. Porque não se pode de forma consciente e séria apresentar uma proposta e depois dizer que nós por mais que a partir da base possamos até acompanhar, de que forma isso é exequível depois. Partilhamos das mesmas preocupações que aqui foram colocadas em relação àquelas que são as perdas imensas, de rendimentos que muitos milhares de madeirenses estão neste momento a enfrentar, da mesma forma poderíamos até aqui tentar ver de que forma podemos ajudar essas famílias, e não sei se o IMI será uma delas, porque é uma questão que não depende só do Município do Funchal, porque também tem a ver com a questão da Autoridade Tributária.-----

Por isso, deixamos aqui estas preocupações e gostaríamos de algum esclarecimento adicional que também nos pudesse fazer acompanhar esta medida, porque não teremos qualquer problema em depois justificar aquele que pode ser o nosso sentido de voto nesta Casa, porque votar por votar, apenas pelo título bonito, como já o dissemos aqui algumas vezes, nós não poderemos acompanhar. Por isso, seria importante clarificar de que maneira esta proposta seria depois exequível, para que as famílias que estão a ver e saberão depois que há uma proposta que foi apresentada na Assembleia Municipal para isentar as famílias. O título é excepcional, mas a seguir, como? Vai ser igual a um conjunto de outros apoios que depois não chegam aos comerciantes?”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** esclareceu: “Senhora Deputada Herlanda Amado e Senhor Deputado Orlando Fernandes, não duvidem que a proposta do PSD é séria, isto não é só para fazer um chavão como os 100 milhões de euros, ou seja o que for, e também não fosse o Partido Comunista podemos estar em lados opostos, mas honra seja feita o Partido Comunista tem espinha dorsal, nós sabemos ideologicamente o que é que defendem, mas não andam aqui ao sabor do vento. Em relação a esta proposta eu disse que podia ser um documento aberto. A meu ver, ele



tranca um pouco no Covid 19, mas eu acho que era a oportunidade para ser feita quando houvesse pandemias ou catástrofes, enquadrado no artigo 16 da Lei das Finanças Locais, onde era feita uma proposta de regulamento, era aprovada na reunião de Câmara, era feita a consulta pública, depois vinha à Assembleia Municipal e era articulado também com a Autoridade Tributária. E mesmo em relação à Autoridade Tributária, agora em Coimbra primeiro deliberaram começar a fazer o regulamento para depois ir para a consulta pública, e depois a Vereadora que tinha o pelouro das finanças ficou de articular a melhor forma com as outras entidades. O enquadramento legal é esse. No Porto também já existe e não é só em relação ao IMI, é até mais abrangente, é um pacote de isenções e reduções em situações que depois envolve, também, associações sem fins lucrativos, ou seja, eles estão a arrumar a casa nesse aspeto e a fazer política social. -----

A fórmula é esta, a proposta é só relativamente ao IMI, não é assim tão ambiciosa, mas eu penso que com esse enquadramento não vejo porque não possa avançar, mas é uma questão da consideração da Assembleia.” -----

- INTERVENÇÃO: -----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, interveio dizendo: “Eu espero estar enganada, a me precipitar ou talvez com a minha intervenção tocar na consciência dos Deputados Municipais da Confiança e do Executivo Municipal do Funchal, para que participem ativamente como é a sua função, o seu dever para o qual foram eleitos nesta Assembleia Municipal. Não considero correto, digno, justo para os funchalenses e para os partidos aqui representados, a postura e volto a repetir, birrenta, infantil com que se tem pautado neste momento a Coligação Confiança e o Executivo Municipal. Tanto que o é, que o Presidente da Câmara já abandonou esta nobre sala e de facto não consigo compreender o intento desta postura da Câmara do Funchal, porque volto a frisar que não interessa a proveniência desta reunião, não interessa a

proveniência das propostas, interessa sim a substância das mesmas, interessa sim o supremo interesse dos funchalenses que anseiam e desesperam por uma solução da Câmara do Funchal, para que os possa ajudar e não me parece digno e de bom tom que este Executivo não tenha uma palavra a dizer sobre os temas que estão aqui a ser discutidos.-----

Eu deixo aqui um alerta e pergunto aos partidos que estão representados nesta Casa, se há condições para continuar com esta Assembleia Municipal. Se nós devemos aceitar este desrespeito por parte da Câmara do Funchal. Porque hoje foi o PSD que pediu uma reunião extraordinária, mas amanhã pode ser outro partido qualquer e eu pelo menos gostaria de ter o respeito e a dignidade que a Coligação Confiança e que o Executivo municipal se dignasse a dar uma palavra por essas mesmas propostas, defender, criticar, fazer aquele que é o seu trabalho e para o qual foram eleitos.-----

Pergunto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sei que regimentalmente temos condições de continuar esta sessão, mas se moralmente e de uma forma digna temos condições de continuar esta Assembleia Municipal nestes moldes que a Coligação Confiança, a meu ver tão erradamente, escolheu.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que não compete ao Presidente da Assembleia fazer essa avaliação nem semelhante julgamento.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente**, apresentou a seguinte **Proposta de Aditamento** à Proposta de Deliberação – Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado pela pandemia COVID-19, de acordo com a al. l) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal e da al. c) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12/09: “relativamente à Proposta apresentada pelo PSD intitulada Isenção de Imposto Municipal (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado



pela pandemia do COVID-19, proponho a definição dos princípios de aplicação: -----

Pelo exposto, ... venha a ser reduzido pelo menos em 30%, por força da pandemia pelo COVID-19, para as micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual e regimes simplificados.-----

--- Por esta ocasião o **Segundo Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente**, foi substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, para poder intervir: “Em breves minutos quero dizer o porquê de votar favoravelmente esta proposta. Em relação ao Senhor Deputado Orlando Fernandes acho que há médias empresas que estão a passar por grandes dificuldades, que têm o pessoal reduzido a metade e muito em *lay-off*. Entendo que as grandes empresas poderiam não estar contempladas, mas as médias empresas, acho que com regras também deveriam ser contempladas com esta isenção de IMI, que se diga o imposto mais ladrão que há neste País. É um imposto que rouba aquilo que é dos outros, uma pessoa tem uma casa e continua a vida inteira a pagar aluguer à Câmara Municipal do Funchal. Foi como disseram ainda há pouco a galinha dos ovos de ouro para as Câmaras Municipais. As Câmaras Municipais precisam de dinheiro para governar, precisam de dinheiro para investir, mas que se diga que também deveria haver regras para a aplicação do mesmo. Não seria para os 300 mil euros de viagens que esta Câmara pagou ou vai pagar, não seria para os 300 e tal mil euros para palcos, como já foi dito nesta Casa, não seria 90 mil euros para modas, não seria para fogo de artifício, pasme-se, não seria para informar os munícipes onde tem sarjetas e para que servem. Dinheiro deitado na sarjeta que esta Câmara faz todos os dias, esquecendo a população, esquecendo aqueles que passam por enormes dificuldades. Nós vamos votar favoravelmente esta proposta apresentada pelo PSD. A questão das médias empresas saírem na proposta do Senhor Deputado Independente não vou acompanhar, por lá estarem as médias empresas, contudo acho que é uma mais valia para

as pessoas, para as famílias, para aqueles que esta Confiança tanto defende em campanha eleitoral, de isentar as pessoas que passam por muitas dificuldades no pagamento do IMI.”

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Proposta de Aditamento** à Proposta de Deliberação – Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado pela pandemia COVID-19, de acordo com a al. l) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal e da al. c) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12/09, sendo **aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezanove abstenções sendo dezoito do GMC e uma do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira. -----

--- Não esteve presente nesta votação o Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC. -----

--- De seguida, colocou à votação o **Ponto Dois - Proposta de Deliberação – Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado pela pandemia COVID-19, de acordo com a al. l) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal e da al. c) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12/09**, com as alterações introduzidas pela Proposta de Aditamento, sendo **aprovado por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezanove abstenções sendo dezoito do GMC e uma do PCP/PEV-CDU. -----

--- Não esteve presente nesta votação o Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC. -----



- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, declarou: “A declaração de voto do CDS não podia ser outra que não estar solidário com todos aqueles que foram afetados pela Pandemia da COVID-19.-----

São pertinentes também as chamadas de atenção que foram aqui feitas por outros partidos, sobre a proposta do PSD. -----

Sobre a postura do Executivo e da Coligação, acho que já ninguém aceita nem tolera, mas que se compreende que quem cala consente. Portanto, são mesmo necessárias todas estas propostas que nós estamos hoje a ver aqui aprovadas.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, declarou: “Em relação à proposta de aditamento nós acompanhamos, tendo em conta alguma clarificação feita pelo Senhor Deputado Independente Orlando Fernandes. Já a sua proposta global não podemos acompanhar, porque as dúvidas se mantêm em relação à sua aplicabilidade. E há uma outra questão que seria importante, também, aqui colocar, que tem a ver com a forma como foi colocada, no nosso entender, quase que leviana, em relação àquelas que são as verbas da Autarquia. É necessário ter em conta, como disse desde início, que em relação às propostas que são aqui trazidas, têm que ser vistas, discutidas e pensadas também de forma séria e há muitas medidas que nós também gostaríamos de ver aplicadas, é certo, mas nós não podemos apenas olhar para um lado onde se retiram as verbas e depois sem olhar para o outro para complementar essas verbas que são retiradas.-----

Também é necessário lembrar algumas das medidas, já que tanto se fala em orçamento, que poderiam ter sido aqui aprovadas para reforçar as receitas da Autarquia e que também não foram, infelizmente, aprovadas à data.-----

Como disse, as nossas dúvidas mantêm-se, por isso é que nós nos abstivemos nesta

proposta.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do GMC**, declarou: “A Coligação Confiança inviabiliza esta proposta com o voto de abstenção, porque apesar de não discordar dos seus princípios previstos nos considerandos, caberá à Câmara Municipal do Funchal avaliar a viabilidade da implementação destas medidas, particularmente à luz de um chumbo ao Orçamento de 2020, como aqui foi dito e bem, não só por parte do PSD e CDS, mas por toda a oposição. -----

Importa ainda referir as atividades que a Câmara Municipal do Funchal tem desenvolvido nesta área, nomeadamente, na redução do IMI da taxa de 0,035% para 0,30%, que representa uma redução anual de 2,85 milhões de euros aos proprietários comparando com a fiscalidade que o PSD impunha aos funchalenses. Aplicação do IMI Familiar com uma dedução a cerca de 7.700 famílias com filhos dependentes, representando um investimento e 230 mil euros. Criação de 3 Áreas de Reabilitação Urbana na cidade do Funchal, onde incidem benefícios fiscais que incluem isenção de IMI e IMT.-----

Esta proposta é ainda, no nosso entender, o assumir que as linhas criadas pelo Governo Regional são claramente insuficientes, colocando a nu a incompetência de quem tem reais competências para a sua concretização. Já agora, e para terminar, pelos vistos, incompetência, é como classificam os proponentes desta proposta, relativamente aos Vereadores do PSD que poderiam muito bem instar a Câmara a adotar estas medidas em reunião de Câmara, no entanto, inibem-se de fazê-lo levando a cabo a realização desta Assembleia Municipal extraordinária.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente**, declarou: “Relativamente a esta proposta votei favoravelmente. No entanto, quero deixar aqui claro que tenho algumas dúvidas relativamente à sua aplicabilidade, principalmente em 2020. -----

Consideramos que efetivamente qualquer devolução que possa existir, ou qualquer redução que possa existir, a mesma só poderá ser efetuada em 2021, porquanto a Administração Fiscal não irá disponibilizar as verbas, principalmente da 2ª prestação, antes de 31 de dezembro de 2020. -----

Também votamos favoravelmente, porque entendemos que é importante clarificar, tal qual como a CDU já tinha referido, a sua aplicabilidade e a que é que a mesma se destina.-----

É importante clarificar que o que está aqui em causa são principalmente as famílias e é esse o foco essencial desta redução do IMI.” -----

--- Por esta ocasião, o Segundo Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira, voltou a ocupar o seu lugar na mesma.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso de Moura Melim, do PPD/PSD**, para apresentar o **Ponto Três - Proposta de Deliberação – Isenção de taxas municipais às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e às pessoas coletivas de utilidade pública, de acordo com a al. l) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal e da al. c) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12/09**, que se transcreve: “A pandemia que atualmente enfrentamos enquadra-se numa das maiores provações que o Mundo enfrentou no pós- guerra. Mais de um terço da população mundial esteve obrigatoriamente confinada. Durante os últimos três meses, os apelos à proteção das populações e à adoção de medidas de segurança, criaram naturalmente outros problemas. Mais do que a grave situação de saúde pública enfrentamos uma outra e grave ameaça. Instalou-se no Mundo de uma forma global a Pandemia do Medo. Como autarcas eleitos, temos a responsabilidade de sentir o pulsar das nossas gentes. Ninguém, nem executivo, nem oposição, têm culpa da situação de Pandemia mundial e das suas naturais consequências. Mas todos, sem exceção, poderemos ser responsáveis pelas consequências e pela forma

como não soubermos lidar com os resultados desta mesma situação. Estamos certos que de uma forma transversal, existem muitos funchalenses com vidas organizadas que terão dificuldade em responder a esta crise. Gente que se formou, que arranjou os seus trabalhos, que desenvolveu a sua ideia de negócio, fica em função das circunstâncias à espera de uma resposta do setor público. Serão hoje os beneficiários de programas e medidas para as quais normalmente são eles a contribuir. Não tenhamos dúvida que a queda de rendimentos é brutal e mais cedo, ou mais tarde, teremos mais questões sociais para resolver. Mais do que nunca o papel das IPSS é fundamental. As IPSS terão um papel importante na resposta de proximidade às comunidades onde estão inseridas, são elas, muitas vezes, aquelas que sinalizam os casos e as encaminham para o serviço público competente. São elas a primeira porta de esperança para muitas famílias e, nesse sentido, o grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal do Funchal gostaria de dar uma palavra de agradecimento, de importância pelo seu papel, no seu papel e pelo combate às dificuldades que diariamente ajudam muitos funchalenses a ultrapassar. A vossa ação faz a diferença. E é exatamente por termos esta consciência que propomos a esta Assembleia, uma deliberação de isenção de taxas municipais às instituições particulares de solidariedade social, as IPSS, e às pessoas coletivas de utilidade pública. Acreditamos que o seu papel será ainda mais determinante na mitigação dos efeitos desta crise, considerando, ainda, que a sua capacidade de identificar e desenvolver projetos deve ser alavancada sem quaisquer tipos de constrangimentos. Alguns dirão que o regulamento Geral de Taxas outras Receitas e Licenças Municipais, permite no seu nº 4 do artigo 4º, a possibilidade dos atos requeridos por pessoas coletivas de utilidade pública, instituições particulares de solidariedade social, terem isenção total do pagamento das referidas taxas desde que aqueles se enquadrem nos fins estatutários dos requerentes. Mas, Senhoras e Senhores deputados, vivemos um contexto excecional e nesse sentido aquilo que aqui



pretendemos com esta proposta é ir mais além, atendendo à circunstância em que vivemos, em que a nossa intenção não é só eliminar a necessidade dos requerimentos por parte das diferentes instituições que resulta de forma direta, ou indireta da capacidade das mesmas poderem responder aos anseios, mas resulta também numa capacidade indireta do orçamento destas mesmas instituições. Significa aquilo que muitos apregoam e pouco executam, que é investir diretamente nas pessoas. É evidente que, também, a nossa proposta contempla uma resposta global que é definida no tempo, não é para sempre, mas apenas para os anos de 2020 e 2021. É evidente que à semelhança de outras propostas, este não é um documento fechado porque em democracia aqueles que querem participar podem sempre ter voz e podem sempre contribuir. O importante é que se assuma essa diferença, que se debata e que se criem condições para que de forma direta ou indireta os funchalenses tenham mais instrumentos para fazer face à crise que atualmente vivem.”

Acrescentou ainda: “As instituições do setor social e solidário desempenham um papel essencial na sociedade, na medida em que garantem um conjunto de apoios e valências a muitos municípios do Funchal. Esse trabalho, reconhecido por todos, tornou-se especialmente visível durante o estado de emergência e ao longo da pandemia do novo coronavírus.-----

Desde o apoio alimentar, ao acompanhamento aos mais idosos ou até à ajuda aos mais frágeis, são inúmeras as instituições sediadas no Funchal e ainda maior o número de respostas que as mesmas dão a quem precisa.-----

Na nossa opinião, não basta o reconhecimento do papel incontornável que estas instituições da economia social desempenham, não raras vezes substituindo o Estado, os Governos e as Autarquias no apoio aos cidadãos, especialmente aos mais fragilizados, seja em razão da sua situação económica, idade ou dependência. É preciso que esse reconhecimento tenha expressão prática, oferecendo a estas instituições as melhores

condições para que façam aquilo para que foram criadas – ajudar. -----

Por estarmos bem cientes da relevância destas instituições na economia social e solidária e da importância do trabalho social por elas desenvolvido, propomos que as IPSS e as pessoas coletivas de utilidade pública sejam isentadas do pagamento de taxas e demais receitas municipais. A aplicação desta medida seria o justo reconhecimento por todo o esforço desenvolvido por estas entidades e, principalmente, do trabalho realizado pelas centenas de voluntários que entregam o seu tempo e dedicação em prol dos que mais precisam. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal delibera, ao abrigo da alínea l) do nº 3 do artigo 3º do seu Regimento, instar a Câmara Municipal a promover, com a maior brevidade, os procedimentos considerados necessários à isenção das IPSS e das pessoas coletivas de utilidade pública, de forma automática e sem necessidade de requerimento, do pagamento de taxas e demais receitas municipais no ano de 2020 e 2021.” -----

- INTERVENÇÃO: -----

--- A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP, proferiu as seguintes palavras: “Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Proteção dos cidadãos, na velhice e invalidez, e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; Educação e formação profissional dos cidadãos; Resolução dos problemas habitacionais das populações mais vulneráveis. -----

Tudo isto, e muito mais. -----

Este é o eixo de ação das Instituições Particulares de Solidariedade Social. As IPSS desenvolvem atividades de solidariedade social, em domínios como a segurança social,



saúde e educação. Através de uma relação de proximidade à população e de cooperação com o Estado, as IPSS procuram dar resposta a situações de emergência social e apoiar os cidadãos mais vulneráveis. Mas a sua atuação não se limita, apenas, ao setor social e solidário. Estas instituições assumem uma especial importância na dinamização das economias locais, desde logo, por exemplo, na dinamização de emprego. -----

Em termos jurídicos, importa salientar que as IPSS são [cito] “entidades sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”, conforme indica o Estatuto das IPSS. -----

Em termos sociais – sobretudo durante o estado de emergência e ao longo da pandemia do novo coronavírus-, o CDS acompanhou o trabalho das IPSS, que, no nosso entender, desenvolveram um trabalho de extrema importância, em prol dos mais carenciados. Foram elas que desde o primeiro momento evitaram, por exemplo, o contacto dos utentes com o exterior, reforçaram as medidas de higiene, compraram equipamento de proteção e estabeleceram um plano de contingência de longo prazo para os funcionários, voluntários e outros colaboradores. Comprar equipamento de proteção, na fase inicial do surto do novo coronavírus, foi uma das tarefas que se veio a revelar muito exigente, do ponto de vista financeiro. -----

No início de março, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do nosso Concelho, prepararam-se para a ameaça da doença Covid-19, cujo surto afetou de modo profundo o dia a dia da nossa sociedade. Quando o mundo parou, o nosso país parou, e a nossa cidade também. Mas, a vida não parou. Não pára. As IPSS foram das primeiras instituições a reagir ao surto do novo coronavírus. Foi necessário gerir uma centena de utentes das IPSS’S à distância, por vezes, através do telefone. Se num contexto dito normal

não é tarefa fácil, requer muita disponibilidade e um enorme coração, com vontade de fazer mais pelo “outro”, em plena pandemia, é fácil de percebermos as dificuldades impostas. Mas, ainda assim, continuaram a fazer o que melhor sabem: ajudar. Foi necessário reformular o horário dos funcionários, dos voluntários, a quem nunca é demais agradecer, para assegurar e garantir uma resposta adequada às mais variadas situações.-----

Ninguém nesta casa poderá ficar indiferente a esta dura realidade: a pandemia afetou o setor da Economia Social.-----

Por tudo isto, o CDS reconhece a importância de ver hoje aqui aprovada a Proposta de Deliberação do Grupo Municipal do PSD, que visa a isenção de taxas municipais às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’S) e às Pessoas Coletivas de Utilidade Pública.-----

Esta proposta do PSD é para nós, CDS, um sinal claro de reconhecimento da atuação diária que estas instituições - todas com diferentes respostas sociais -, desempenharam e desempenham na nossa vida em comunidade, sendo muitas vezes a primeira porta onde vão bater os nossos cidadãos mais fragilizados. É esta, muitas vezes a porta que, entre tantas outras fechadas, lhes garante o acesso à satisfação das necessidades mais básicas e elementares, como a alimentação, a saúde e o acesso à educação ou formação. -----

Só com políticas ativas de apoio ao setor social da nossa cidade do Funchal, como a espelhada na proposta aqui apresentada pelo Grupo Municipal do PSD - que contará com o nosso voto favorável -, podemos contribuir para a construção e desenvolvimento de uma cidade solidária e mais justa, uma cidade de “confiança”, como circula nos cartazes feitos pelo executivo da nossa autarquia.” -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** questionou: “Em relação à proposta, permita-me só uma dúvida e deixar aqui a

preocupação de para além das IPSS, se colocarem também pessoas coletivas de utilidade pública e de forma automática sem necessidade de requerimento, porque estas podem ser as associações, algumas cooperativas e fundações. E no nosso concelho temos algumas fundações, algumas até de má memória, que poderiam ser automaticamente isentadas e que possivelmente não tenham tido qualquer tipo de intervenção num momento tão fulcral como este de apoio às famílias. Por isso, na minha opinião, seria importante alguma clarificação em relação ao documento, para garantir apenas aqueles que realmente intervieram logo no primeiro momento.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso de Moura Melim, do PPD/PSD,** respondeu ao repto deixado pela CDU, dizendo: “É com agrado que vemos este seu contributo. É evidente que, como eu referi na minha intervenção inicial, esta é uma proposta que está aberta a melhoramentos. Mas nesse sentido é importante que também tenhamos a convicção que de uma forma geral, quisemos dar uma resposta alargada às organizações de pessoas que estão e que têm sede neste concelho. É evidente que ao se alargar o âmbito, poderemos ter aqui a inclusão das fundações, é uma questão que se pode refletir, até pelos motivos que a Senhora Deputada elencou, mas também é importante que se tenha aqui como chavão que a questão de utilidade pública é importante, até para as próprias IPSS, porque nem todas são entidades de utilidade pública e, portanto, precisam de ver esse estatuto reconhecido. Por isso, o sentido foi de albergar todas as entidades, nomeadamente as IPSS sem esse reconhecimento e naturalmente que ao alargar o espetro, isso pode se verificar. Mas, evidentemente estamos disponíveis, caso a CDU apresente uma proposta de alteração a esta redação, excluir as fundações.”-----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente,** observou o seguinte: “Relativamente à proposta do PSD terá o meu apoio,

no entanto, queria deixar também aqui o alerta que já foi defendido pela CDU, e que desafio para efetivamente apresentar uma proposta de eliminação desta frase e das pessoas coletivas de utilidade pública.-----

Relativamente à última intervenção do PSD, de facto existem IPSS que não são pessoas de utilidade pública e por isso, eu acho que a retirada desta frase seria importantíssima no âmbito da aprovação da mesma.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** questionou: “Não posso deixar de voltar a frisar e relembrando aquelas que foram as palavras da Senhora Deputada Elisa Seixas, quando alertou a Mesa para a necessidade dos Senhores Deputados se cingirem ao tema em discussão, pergunto-lhe, também, o que acha do facto de a Coligação Confiança estar aqui a fazer corpo presente, e ainda não ter feito uma intervenção digna desse nome? A Senhora Deputada achou por bem reclamar e reivindicar que o Senhor Presidente devia alertar os Senhores Deputados se cingirem ao tema em questão, e então não olha para dentro da sua própria casa? Não faz esse mesmo conselho aos seus colegas de bancada para que falem do tema em questão? Estão aqui para fazerem corpo presente? É para isso que os munícipes do Funchal pagam os seus impostos? É para isso que os Senhores Deputados da Confiança estão a receber a sua senha de presença?-----

É porque têm que justificar aos funchalenses o voto que lhes deram e o dinheiro que vão receber no final do mês. E não me parece digno, nem de bom tom, alertar o Senhor Presidente da Assembleia com coisas insignificantes e depois deixar passar uma situação, que a meu ver, é bem pior e mais grave. Eu não digo isto, para melindrá-la, Senhora Deputada, agora acho que quando nós somos sérios para algumas coisas, também devemos ser para as outras.-----

Não posso também deixar de relevar o desprezo do Executivo municipal e a ausência do

Presidente da Câmara, numa sessão extraordinária que é fundamental para a cidade do Funchal. E também quero alertar que isto é sinónimo de um pouco daquilo que se tem passado pela governação deste Executivo, aliás, eu acho que se a Câmara Municipal do Funchal estivesse a fazer aquele que era o seu trabalho, hoje as empresas e o nosso tecido empresarial do Funchal, tinha outras condições, tinha uma almofada para poder suportar melhor uma crise pandémica como foi o COVID-19. Mas como isso não existe, neste momento as empresas atravessam situações dramáticas e eu acho indigno que nenhum Deputado queira falar por essas empresas e por essas famílias que hoje não sabem como é que vão fazer as compras do mês, que têm que recorrer ao banco alimentar para ter como se alimentar e não posso querer e acreditar, que os Deputados Municipais da Confiança não tenham uma palavra a dizer a estas pessoas. Portanto, eu fico extremamente indignada e triste com esta atitude, mas foi esta a vontade dos funchalenses em eleger os Deputados da Coligação Confiança e talvez para as próximas eleições devam olhar a este exemplo para fazer, talvez, uma escolha mais acertada.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do CDU-PCP/PEV,** apresentou a seguinte **Proposta de Aditamento** à Proposta de Deliberação – Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado pela pandemia COVID-19, no último parágrafo, acrescentar: -----

“Isenção das IPSS e das pessoas coletivas de utilidade pública de cariz vincadamente social.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou esta **Proposta à votação** sendo **aprovada por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezanove abstenções do

GMC. -----

--- De seguida colocou à votação o **Ponto Três - Proposta de Deliberação – Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os proprietários cujo rendimento tenha sido afetado pela pandemia COVID-19, de acordo com a al. l) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal e da al. c) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12/09**, sendo **aprovado por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezanove abstenções do GMC, com o aditamento que se traslada: -----

“... isenção das IPSS e das pessoas coletivas de utilidade pública de cariz vincadamente social.”-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma da Costa, do GMC**, declarou: “Ao abrigo da alínea g) do art.º 42º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, o eleito pela Coligação Confiança – e indicado pelo **NÓS, Cidadãos!** – vem apresentar a presente declaração de voto. -----

No prosseguimento da discussão/debate ocorrida e da votação do ponto 3 da Ordem de Trabalhos desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Funchal (8 de junho de 2020), gostaria de registar/assinalar, para ata, o seguinte:-----

A Coligação Confiança abstém-se nesta proposta de deliberação porque, apesar de não discordar dos princípios previstos nos considerandos, caberá ao executivo da Câmara Municipal avaliar a exequibilidade da implementação destas medidas, particularmente à luz dos condicionamentos decorrentes do chumbo do orçamento Municipal para 2020, da responsabilidade dos subscritores desta proposta, ou seja, do PSD e do CDS. -----



Lembre-se ainda que, mesmo não dispondo de um único euro dos 2,75 milhões de euros que o Governo Regional transferiu para estas entidades sem consultar ou considerar a autarquia funchalense, em mais um manifesto desrespeito pelo poder local democraticamente eleito, a Câmara Municipal do Funchal tem desenvolvido varias iniciativas de vocação social e de superior interesse público, tais como:-----

- Apoio a entidades de cariz social que ascenderam a 178 mil euros para assegurarem um trabalho de proximidade fundamental junto de idosos, doentes crónicos, famílias de poucos recursos, vitimas de violência domestica e população em situação de sem-abrigo, entre outros;-----

- Criação de uma linha de apoio a pessoas que vivem em solidão em parceria com a Associação “Conversa Amiga”;-----

- Pagamento de um apoio de 100 mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Madeirenses;-----

- Pagamento antecipado de todas as bolsas de estudo a estudantes universitários, um valor de mais de 900.000€, de forma a que este e as suas famílias conseguissem fazer face a dificuldades agravadas pela Covid-19;-----

- Criação de programas de apoio a famílias afetadas pela situação de “lay-off” e de desemprego, ou seja, com carências económicas e consequência da declaração de estado de emergência e agora de calamidade em que nos encontramos, por exemplo: “Funchal, Cabaz Viral”, “Funchal Educa+”, procurando atribuir meios informáticos para promover a inclusão das crianças necessitadas no 1º ciclo de escolaridade; criação de uma linha de apoio psicológico; e isenção de centenas de milhar de euros em taxas aplicadas aos atos de pessoas coletivas de utilidade pública e IPSS, desde que enquadrados nos seus fins estatutários.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao **Ponto Quatro** da ordem de trabalhos,

Proposta de Deliberação – Criação de um programa de emergência para a Cultura, de acordo com a al. I) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, que se transcreve: “A pandemia da COVID-19 já infetou milhões de pessoas no mundo. Desde março que Portugal lida com a doença registando milhares de infetados e centenas de óbitos. -----

Na Região Autónoma da Madeira, a resposta sanitária exemplar, levada a cabo pelo Governo Regional, evitou uma situação idêntica à de outras regiões do país, mas ainda assim, na vertente económica, o confinamento afetou todos os setores de atividade. -----

Pese embora exista já estruturada uma série de respostas, de âmbito regional, para os diversos setores, importa que cada concelho saiba analisar o seu contexto, cabendo, assim, a cada autarquia alavancar respostas que façam face às necessidades da sua população, devidamente identificadas pela crucial proximidade do poder local. -----

Se olharmos para a realidade do concelho do Funchal, dir-se-á que, para a área da cultura em particular, foi já lançado o “Funchal Cultura 2030”. No entanto, um plano estratégico para a próxima década é extemporâneo e desfasado da realidade que todos vivemos: tempos excecionais precisam de medidas excecionais! -----

Os agentes culturais precisam de investimento e apoio concreto, no imediato. A Câmara Municipal do Funchal deve ser capaz de colocar em prática, rapidamente, um programa municipal de emergência para a Cultura. -----

Um projeto que, mais do que lançar palavras e slogans, deve reforçar, na prática, o apoio às entidades culturais sediadas no concelho do Funchal, aos artistas que perderam o seu rendimento pelo cancelamento de espetáculos, e que deve promover o reagendamento de iniciativas, adaptando-as às recomendações emitidas pelas autoridades de saúde. -----

Um programa desta índole deve ser encarado como uma forma de amparar um setor vital para a nossa sociedade que foi, também, forçado a parar em prol da saúde pública e que



precisa, agora, de um reforço de apoio para que se continue a ter cultura de qualidade no nosso município.-----

Artistas ligados à música, à dança, ao teatro, à pintura, à escultura, associações, trabalhadores independentes, entre tantos outros, a quem nem sempre reconhecemos o rosto, mas de quem tanto admiramos o trabalho, são apenas alguns profissionais que referenciamos como exemplo, e que precisam, mais do que nunca, de uma ação concertada, imediata e concreta que os ajude a ultrapassar esta fase delicada e emergente. A Câmara Municipal do Funchal tem a obrigação cívica e moral de proteger os funchalenses que atuam na frágil economia da cultura, auxiliando-os em termos financeiros e profissionais.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal delibera, ao abrigo da alínea I) do nº 3 do artigo 3º do seu Regimento, instar a Câmara Municipal a promover, com a maior brevidade, os procedimentos considerados necessários à criação de um programa municipal de emergência para a Cultura que reforce o apoio às entidades culturais, que apoie os artistas que perderam o seu rendimento pelo cancelamento de espetáculos e, sempre que possível, que promova a calendarização das iniciativas culturais agendadas e as adapte às recomendações emitidas pelas autoridades de saúde.”-----

--- Depois deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, do PPD/PSD**, que apresentou: “Estamos nesta Assembleia Municipal Extraordinária que se realiza, motivada pelo PSD, para propor, como já se percebeu ao longo dos trabalhos, uma série de iniciativas em prol dos funchalenses. Esta última, de que agora vos falarei, é uma proposta de criação de um Programa de Emergência para a Cultura. -----

Tempos excepcionais, como já aqui foi reiterado, obrigam a medidas excepcionais e o PSD entende que essa devia ser uma real prioridade do Executivo Municipal. -----

Dir-me-ão, portanto, que, com esta proposta, o PSD só pode andar distraído.-----

Vejamos:-----

Se olharmos para a realidade do concelho do Funchal, na área da cultura em particular, foi já lançado o “Funchal Cultura 2030”, um plano estratégico para a próxima década, centrado no mapeamento cultural da cidade e numa reflexão partilhada. -----

Além disso, dir-nos-ão que está mais do que em voga o projeto “A Cultura que nos Une” que, diz esta Câmara, alcançou um sucesso de programação nas redes sociais municipais ao longo dos meses de abril e maio.-----

E, melhor que isto ainda, foi a apresentação do programa cultural para o desconfinamento, nesta que é, afinal, uma capital de confiança! -----

Mas, houve um ilustre autarca funchalense que escreveu, por estes dias, que “em política, quando algo não muito bom está para acontecer, normalmente é antecipado de outro tipo de iniciativas, de modo a desviar o foco das atenções sobre o essencial.” -----

Ora bem, não é que eu, humilde cidadã, esteja a agoirar todo este planeamento levado a cabo por esta Câmara. Aliás, eu até aproveito a oportunidade para congratular V. Exas. por todo este fogo-de-artifício cultural. -----

Mas, convenhamos, na prática, todas e todos sabemos que é preciso mais, porque algo “não muito bom” advém da paragem económica a que fomos sujeitos. -----

É preciso mais do que um plano extemporâneo e desfasado da realidade que todos vivemos agora.-----

É preciso tentar repor tudo o que se perdeu por força de uma paragem que, temos consciência, era inevitável e aconteceu para salvaguardar a saúde pública. -----

Mas é preciso amparar um setor que é vital para a nossa sociedade, que foi, também ele, forçado a parar e que precisa, agora, mais do que nunca, de apoios extraordinários para que a cultura de qualidade seja garantida no nosso município.-----

Os agentes culturais precisam de investimento e apoio concreto, no imediato. -----

A Câmara Municipal do Funchal, além dos seus planos e programações, deve ser capaz de colocar em prática, rapidamente, um programa municipal de emergência para a Cultura.

Um projeto que, mais do que lançar palavras e slogans, deve reforçar, na prática, o apoio às entidades culturais sediadas no concelho do Funchal, aos artistas que perderam o seu rendimento pelo cancelamento de espetáculos, e que deve, efetivamente, promover o reagendamento de iniciativas. -----

Um programa desta índole deve ser encarado como uma forma de dar a mão a um setor vital que engloba artistas ligados à música, à dança, ao teatro, à pintura, à escultura, associações, trabalhadores independentes, entre tantos outros, a quem nem sempre reconhecemos o rosto, mas de quem tanto admiramos o trabalho, apenas alguns profissionais que referenciamos como exemplo, e que precisam de uma ação concertada, imediata e concreta que os ajude a ultrapassar esta fase delicada e emergente. -----

Uma capital de confiança, “uma cidade de experiências únicas, onde se pode desfrutar do mar à serra, com todas as garantias de bem-estar, porque somos uma cidade inclusiva e com soluções para todas as idades”, assim anunciou o Senhor Presidente numa das suas mil e uma notícias, tem a obrigação cívica e moral de proteger os funchalenses que atuam na frágil economia da cultura, auxiliando-os em termos financeiros e profissionais. -----

Mas disse-se mais. Foi, também, esta Câmara que afirmou que “temos vindo a trabalhar de forma integrada as áreas do estímulo ao consumo e da promoção de experiências” e “esta nova campanha é uma forma de, em circunstâncias excecionais, dar visibilidade a tudo o que a cidade oferece.” -----

Hoje, o Funchal e os artistas funchalenses precisam mais do que visibilidade. Precisam de ser recompensados, ajudados, precisam da nossa atenção e da nossa ajuda. -----

Se é a cultura que, tantas vezes, nos desperta na e para a vida, e se é, naturalmente, a

cultura que nos une, hoje, devemos a este setor uma resposta. -----

O que o PSD propõe não é uma questão partidária. É a mão que a cultura merece e que esperamos que conte com a aprovação de todos vós. Com a aprovação e com os contributos que entenderem pertinentes. A bem da cultura, a bem de todos nós! -----

É, por isso, tempo de nos unirmos para dar a mão a quem mais precisa. Não é tempo de guerrilhas, de partidarites, nem de fogos de artifício culturais que nos encham os olhos e encolhem a alma. Até porque, houve quem escrevesse, “o fogo-de-artifício, quando lançado sem intenção, serve apenas para isso, para pura distração”.-----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, fez a seguinte intervenção: “Em 2018, o Governo de António Costa, do seu PS, colocou a cultura no centro das prioridades políticas.-----

Há 4 dias atrás, a Concelhia do Funchal do PS, através do seu Presidente, Deputado nesta Assembleia, sublinhava (cito) «a importância da cultura para a dinamização local, em especial, perante as circunstâncias atuais». Na mesma ocasião, o mesmo destacou ainda (cito) «o papel central que a Câmara Municipal do Funchal tem assumido como suporte da vida cultural do concelho». Mais, dizia ainda - e aqui confesso o meu espanto e alguma perplexidade -, o investimento na cultura que tem sido feito pela CMF (cito) «tem feito a diferença no panorama regional e nacional». A sério? Ficamos felizes. Mas, para nós, CDS, não chega. Para o meu partido, o que nos deve dizer diretamente respeito, e aquilo que nos deve a todos preocupar é o panorama municipal. É essa a realidade que nos traz aqui a todos, hoje. -----

Por tudo isto, o CDS votará favoravelmente a Proposta de Deliberação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, pois considera que urge a criação de um programa municipal de emergência para a cultura, «que reforce o apoio às entidades culturais, que apoie os artistas

que perderam o seu rendimento pelo cancelamento de espetáculos e, sempre que possível, que promova a recalendarização das iniciativas culturais agendadas e as adapte à recomendações emitidas pelas autoridades de saúde», conforme consta no documento de apresentação da proposta.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** manifestou: “Não sei se estiveram atentos à página do *Diário de Notícias* em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal recordou que já tem várias propostas da oposição e que este Executivo inclui o record das propostas da oposição. Ora serão mais propostas da Assembleia Municipal que inclui hoje no final da manhã de hoje, que iremos incluir no record do Senhor Presidente. Mas nesse record, convém o Senhor Presidente da Câmara sublinhar, e neste caso os Senhores Vereadores da Coligação Confiança poderão fazer o reporte da situação ao Senhor Presidente da Câmara, que hoje o Senhor Presidente e os Senhores Deputados que em democracia votam propostas de recomendação e de resolução, estão a aguardar que esses records sejam implementados na prática aos munícipes do Funchal. Por isso gostaria de saber quando é que as mesmas serão executadas pelo Executivo camarário. Porque os funchalenses não querem saber do record das propostas, e o que têm de transmitir é quantas propostas da oposição foram aprovadas e executadas.” -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** pediu o seguinte esclarecimento: “Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, pergunto-lhe, porque V. Exa já teve num passado bem recente uma relação próxima com a Coligação Confiança e com o Executivo Municipal do Funchal, e talvez me consiga esclarecer, já que ninguém da Confiança o conseguiu fazer, do porquê de o Executivo Municipal entrar mudo e sair calado numa sessão da Assembleia Municipal. Coisa inédita, que não me recordo, nem tenho

memória de algo deste género aqui na cidade do Funchal. -----

Também o Senhor Presidente, Miguel Gouveia, o ilustre ausente desta sala que aparentemente achou que não havia pertinência, nem razão para fazer o seu discurso ou a sua intervenção nesta sala, mas achou pertinente ir fazê-lo para uma câmara de TV. Ou seja, dá mais importância à comunicação social, do que aos Deputados eleitos pela democracia. Isto faz-me lembrar velhos tempos do Dr. Alberto João Jardim e do Ex-secretário Geral do PSD, Jaime Ramos, em que tiveram mais ou menos os mesmos comportamentos e depois ficam todos muito admirados que o PTP critique estas posturas. Pois muito bem, fazem exatamente igual ou pior. Não acham digno vir aqui debater junto com os Senhores deputados Municipais, mas já acham digno e correto ir falar para uma câmara de televisão.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta camacho, do CDS-PP,** absteve-se de responder à Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho.-----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD,** fez a seguinte intervenção: “Caminhamos para o final desta Assembleia Municipal Extraordinária e apetece-me dizer que ainda bem que estamos aqui hoje reunidos. Ainda bem que alguns Deputados desta Casa resolveram dizer, como referiu o Deputado Pedro Gomes, “presentes”, à cidade do Funchal, porque eu não me lembro de uma altura em que os funchalenses mais precisem dos seus representantes do que esta altura que atravessamos agora. E por isso, não fazia sentido que esta Assembleia não se reunisse, que os Deputados não viessem cá perante o Presidente da Assembleia e perante a Vereação, apresentarem as suas propostas para esta fase que a todos convoca a nossa cidade. E as propostas e as medidas terão que ser, como também já alguém disse aqui hoje, extraordinárias, porque de facto os tempos que vivemos são verdadeiramente



extraordinários. E a esse propósito eu gostaria de começar a minha intervenção por louvar a presença, naturalmente, dos Deputados, mas também dos membros da Vereação aqui presentes, e perdoem-me as Vereadoras do CDS e do PSD, um louvor especial à presença da Senhora Vice-presidente e da Senhora Vereadora, na Assembleia de hoje, não só pela presença, mas pela coragem de estarem aqui hoje presentes, porque eu suspeito que V. Exas estariam, eventualmente, recomendadas a não marcar aqui presença, portanto fica aqui o meu louvor pela vossa coragem. E digo coragem, porque de facto o que se passou hoje aqui nesta Assembleia é digno de registo, porque hoje fez-se democracia no Funchal. E a democracia faz-se com todos, é certo que esta Assembleia foi convocada pelo PSD, é certo, também, que qualquer partido o podia ter feito, mas é inegável que esta Assembleia é de todos os Deputados e de todos os partidos que quiseram ter voz, que quiseram intervir, que quiseram apresentar as suas propostas, que quiseram hoje fazer a diferença pela positiva. E eu relembro que, à exceção desta última proposta que agora discutimos, todas as propostas apresentadas tiveram contributos de outros partidos e todos esses contributos foram aprovados. Senhoras e Senhores Deputados, se isto não é a democracia a funcionar, então eu não sei o que é. É certo que temos as nossas diferenças, é certo que temos pontos de vista distintos, muitas vezes antagónicos, mas se há coisa que nos une, viu-se aqui hoje, é de fazer algo melhor pelo Funchal, de nos juntarmos e fazer algo pelas pessoas que nos elegeram e é também por isso, que hoje eu lamento que tenhamos vivido um dia negro na história desta cidade. Um dia negro, porque uma Assembleia Municipal em primeiro lugar contar com o abandono do seu Presidente da Câmara, contar com o silêncio absoluto da Vereação, com o silêncio absoluto da bancada que o suporta é algo que não só entristece, mas principalmente envergonha. Envergonha um Presidente da Câmara que abandona a Assembleia, como o Senhor Presidente abandonou, apenas porque não lhe convém discutir os temas que hoje aqui debatemos. Envergonha um Presidente da Câmara que tentou

impedir que os Deputados Municipais fizessem o seu trabalho. Envergonha um Presidente da Câmara que, apesar de tudo, está fechado no seu gabinete a proferir comunicados sobre o que aqui se passa. E eu digo Senhor Presidente, não tenha medo. Venha cá. Debata com os seus Deputados Municipais. Porque como lhe disse estamos aqui todos para o mesmo. A votação das propostas que aconteceu hoje aqui é a maior prova disso. Portanto, era importante que o Senhor Presidente da Câmara percebesse de uma vez por todas, que nesta Assembleia o que se discutiu não foi o PSD, não foi o CDS, não foi a CDU, não foi o PTP, não foi nenhum partido, o que discutimos aqui hoje, foi um conjunto de propostas que os Senhores até podem ter achado que não eram importantes, mas tinham o dever de se sentarem aqui e de explicar porque que é que assim achavam. Não de se esconder no seu gabinete e fazer da política mais baixa que esta cidade já assistiu. E por isso, Senhor Presidente da Assembleia, hoje como sempre, mas especialmente no dia de hoje, com a ausência do Presidente da Câmara, tenho muito orgulho de ser Deputado Municipal na minha cidade, e é pena que nem todos pensem da mesma maneira.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** transmitiu: “Nunca a cultura foi tão importante e nós vimos nos tempos em que estivemos todos “enclausurados”, como tão importante foi ouvir música, como tão importante foi ouvir poesia, como tão importante foi ver um espetáculo, seja ele de dança, seja ele de teatro. Tão importante foi nestes tempos. Sempre foi importante. Mas infelizmente a cultura sempre foi esquecida por vários governos e isto é um problema que não vem de agora. Não é à toa que tem vindo a ser apresentado há anos a esta parte, uma proposta de 1% para a cultura, porque, pasme-se, numa altura em que muitos falam da cultura e finalmente reconhecem a sua importância, foi preciso acontecer estes dois a três meses de clausura para que alguns começassem a dar mais importância a uma coisa que nunca deveria de ter sido relevada para segundo plano. Mas, mais vale tarde do que nunca e alguns passos

vão sendo dados. Muitos podem dizer que as medidas que aqui apresentamos, e como tantas vezes a CDU sempre aqui colocou, não importa de onde venha a proposta desde que ela seja justa, desde que ela seja exequível e que tenha como objetivo melhorar a vida dos funchalenses, que são as pessoas que nos elegeram, não importa de onde ela vem, temos é que ter a coragem para também sempre que necessário apresentar propostas, e ao contrário de hoje, elas nem sempre foram aprovadas, mas como disse, esta sessão fica marcada por momentos que esperemos não voltar novamente a assistir, porque não foi para isso que fomos eleitos.-----

Nós iremos aprovar esta proposta que foi aqui trazida, reconhecendo, é certo, que aquilo que todos os nossos artistas precisariam era muito mais do que esta proposta aqui traz, mas também compete quer ao Executivo Camarário, quer ao Governo Regional, quer ao Governo da República, quer às instâncias Europeias, olhar para a cultura de uma outra maneira que até agora não foi olhada. E basta ver a quantidade de manifestações que tem acontecido um pouco por todo o lado, para chamar a atenção para as necessidades que os nossos artistas estão a passar, a par de tantas outras famílias. -----

Há famílias que vão tendo recursos que vão sendo, alguns deles, proporcionados por algumas medidas avulsas por parte das entidades governativas, no caso da Cultura, no caso dos nossos artistas, quantos e quanto é que estão, literalmente, na miséria?-----

Como disse, as propostas que aqui são trazidas podem ser migalhas, como ouvi aqui alguém dizer na sala, mas é melhor ter algumas migalhas para fazer face a estes problemas, do que não ter absolutamente nada.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, Independente**, expôs: “A cultura é efetivamente o parente pobre de todos os orçamentos quer sejam nacionais, quer sejam regionais, quer sejam municipais. Efetivamente através da minha atividade como integrante e como participante da cultura da Região, tenho sentido

isso na pele. Faço parte de duas associações ligadas à área da música clássica, e sei perfeitamente o que é que representam na nossa receita os apoios dados pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal. No entanto, todos os apoios são bem-vindos, quer aqueles que são dados, e neste caso, na música clássica, quer aqueles que são dados pelo Governo à ANSA - Associação Notas e Sinfonias Atlânticas, que gere a Orquestra Clássica da Madeira, quer aqueles que são dados a outros agrupamentos, nomeadamente ao Funchal Barroco Ensemble. Ficam muitas vezes esquecidos os próprios músicos, aqueles que sentem mais na pele.-----

Posso-vos dizer que a Orquestra Clássica da Madeira fez o cancelamento de todos os seus concertos e provavelmente eles irão continuar cancelados até ao fim de julho e, se calhar, irão continuar mais algum tempo. -----

No caso do Funchal Barroco Ensemble, também cancelou todos os seus eventos desde março e provavelmente só voltará novamente a fazê-los em setembro ou outubro, é preocupante o que isto representa na tesouraria do caso do Funchal Barroco Ensemble, é efetivamente importante aquele apoio que nos é dado anualmente, quer para o desenvolvimento das nossas atividades e dos nossos espetáculos, quer através da contratualização de próprios espetáculos que são feitos a título gratuito no Funchal. Por isso, relativamente aos músicos este apoio é muito mais complexo, é importante olhar os músicos enquanto pessoas individuais e também os agrupamentos que muitas vezes os apoiam. -----

Os músicos da Orquestra Clássica da Madeira não viram reduzidas as suas receitas, uma vez que as mesmas continuam a ser pagas pela ANSA, mas o mesmo já não se refere a outros eventos promovidos por outras entidades, nomeadamente a Associação da Orquestra Clássica da Madeira, que cancelou todos os seus eventos e que não paga nada relativamente a esses eventos cancelados, porque também não tem receita própria, nem



tem apoios governamentais, só há um apoio da Câmara que este ano foi dado para a realização do Festival de Música Clássica da Madeira, além disso não há mais nenhum apoio. Efetivamente é importante olhar-se de forma diferente para estas entidades culturais.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** proferiu: “Estamos a chegar ao fim desta sessão e continuo sem perceber o porquê da Coligação Confiança e do Executivo municipal ter perdido o pio. Quem tirou o pio, quem tirou a palavra aos Deputados da Coligação Confiança? Os Senhores Deputados foram eleitos pelo povo do Funchal e estão a ser coagidos por algum intitulado estratega político, de que esta é a postura mais correta, mais digna e que é a forma de dar o troco ao Partido Social Democrata, mas estão a fazer exatamente ao contrário, estão a dar-lhes trunfos. Porque até o Senhor Vereador João Pedro Vieira, já viu, já constatou a burriedade, desculpem a expressão, que é virem a uma Assembleia fazer corpo presente. Estar aqui a Deputada do PTP, ou a Deputada da CDU a fazer uma provocação, a fazer uma questão e os Senhores Deputados não se sentirem instigados a responder. -----

Desculpem, mas eu era incapaz de vir a uma Assembleia Municipal e não responder à altura das questões que me são feitas, não responder à altura dos colegas que se sentam ao meu lado. Nunca vi um desrespeito tão grande nesta Casa para com o povo do Funchal e para com os partidos aqui eleitos. E se o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que está a abanar a cabeça em sinal de desacordo, de facto não concordar e achar que a minha intervenção não é correta ou está a ser injusta, faço já aqui o desafio, inscreva-se e venha a esta bancada dar a cara pela Coligação Confiança, faça de sua justiça, faça por merecer a senha de presença que ganha.” -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Quatro - Proposta de Deliberação – Criação de um programa de emergência para a Cultura, de acordo**

com a al. I) do nº 3 do art.º 3º do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, à votação sendo aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Municipal Independente Roberto Paulo Ferreira Vieira, um voto a favor do Deputado Municipal Independente Orlando Manuel Henriques Fernandes e dezoito abstenções do GMC.-----

--- Não esteve presente nesta votação o Deputado Municipal Nicodemo Balona Gouveia Câmara, do GMC.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC,** declarou: “A Coligação Confiança viabiliza esta proposta abstendo-se, porque considera que caberá sempre à Câmara avaliar a exequibilidade das medidas, tendo em conta os condicionamentos decorrentes do chumbo do Orçamento para 2020.-----

De referir que a Câmara Municipal é a única entidade na Região que tem apresentado desde o início da pandemia, medidas de apoio ao setor de forma imediata e concreta.-----

Com a Cultura que nos une, a Câmara Municipal tem estado presente quando deliberou apoios à cultura, abrangendo 37 entidades, apesar de toda a programação ser adiada para 2021, foi assegurado o pagamento de 50% agora, medida que abrangeu mais de 100 artistas. Porque a Cultura não se suspende, a programação reinventou-se neste período com novas criações artísticas adaptadas aos suportes possíveis e devidamente remuneradas, no âmbito da música, do website, pintura, workshops, literatura, exploração dos espólios dos museus, teatro e poesia.-----

Pagou os apoios ao associativismo e a três estruturas profissionais da região Autónoma, *Dançando com a diferença, Feiticeiro do Norte e Porta 33*. Implementou a entrega de livros pedidos, numa iniciativa de incentivo à leitura. Avançou com as obras do Teatro Municipal

Handwritten signature in blue ink.

Baltazar Dias. Continua com o restauro de peças museológicas e com o tratamento do espólio da Biblioteca Municipal. Lançou um programa que tem em vista a criação do Plano Municipal para a Cultura, com vista à definição de estratégias até 2030. Tudo isto com um Orçamento chumbado e sem ter de esperar 3 meses por uma Assembleia Municipal Extraordinária. A resposta tem sido dada sem o artifício que hoje aqui se montou, para pôr a distração.”-----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo doze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, *[Handwritten signature]*

--- A Primeira Secretária, *[Handwritten signature]*

--- O Segundo Secretário, *[Handwritten signature]*

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, *[Handwritten signature]*

